



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS
CURSO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES
INTERNACIONAIS

**POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E OS DIREITOS HUMANOS NAS
MIGRAÇÕES ENTRE BRASIL E EUROPA**

RACHEL ALVES DE LIMA DUARTE

JOÃO PESSOA - PB
2018

RACHEL ALVES DE LIMA DUARTE

**POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E OS DIREITOS HUMANOS NAS
MIGRAÇÕES ENTRE BRASIL E EUROPA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Graduação em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Alyanne de Freitas Chacon

JOÃO PESSOA – PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D812p Duarte, Rachel Alves de Lima.

Políticas Migratórias e os Direitos Humanos nas
Migrações entre Brasil e Europa / Rachel Alves de Lima
Duarte. - João Pessoa, 2018.
68 f.

Orientação: Alyanne de Freitas Chacon.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Barreiras migratórias. I. Chacon, Alyanne de
Freitas. II. Título.

UFPB/CCHLA

Universidade Federal da Paraíba
Pró-Reitoria de Graduação
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Mediações Interculturais
Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o trabalho de conclusão de Curso
intitulado

**POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E OS DIREITOS HUMANOS NAS
MIGRAÇÕES ENTRE BRASIL E EUROPA**

Elaborado por

Rachel Alves de Lima Duarte

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alyanne de Freitas Chacon – Orientadora/Presidente - DMI/UFPB

Profa. Dra. Ana Cristina Bezenil Cardoso – Banca Avaliadora - DMI /UFPB

Prof. Dr. Roberto Vilmar Satur – Banca Avaliadora – DMI/UFPB

João Pessoa, 12 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais Selma Alves e Gilvandro Duarte, pelo amor incondicional, por estarem sempre ao meu lado, por me apoiarem, por me educarem e por todo sacrifício que vocês fizeram por mim.

Agradeço a minha tia Célia Alves por ser uma segunda mãe, por todo amor e dedicação, e por ter me proporcionado a viagem na qual tanto sonhei e que me inspirou a fazer este trabalho.

Agradeço ao meu irmão pelo amor e por se dispor a me levar à UFPB quando que precisei estudar lá durante este trabalho.

Agradeço aos meus tios Wilma Alves e Sebastião Cunha, e primos Vanessa e Vinícius, por me ajudarem com meus estudos e na montagem deste trabalho, e por todo carinho e atenção.

Agradeço a Socorro Cunha e seu marido por me auxiliarem na migração do aeroporto de Lisboa, sem a ajuda de vocês não teria conseguido prosseguir a viagem.

Agradeço as minhas amigas Amanda Campos, Gabrielle Santos, Hygra Hempel, Isadora Guimarães e Jessica Clavijo, pela amizade e carinho de vocês, por estarem sempre presentes em todos os meus momentos me apoiando e por fazerem a vida mais leve e feliz. Ao meu amigo Vitor Ariel, por me ajudar com este trabalho, por dispor de seu tempo para ler e me dar dicas e força.

Agradeço ao meu namorado Caio Guilherme, pela força emocional, pelas palavras de incentivo me motivando sempre a continuar, obrigada pelo suporte que você me deu e pela paciência durante a realização deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora Professora Dra Alyanne Chacon, por aceitar realizar este trabalho junto comigo, por todo o aprendizado durante o curso, pelo tempo disponibilizado e por toda paciência.

Aos professores examinadores da banca Ana Cristina e Roberto Satur, por aceitarem fazer parte deste trabalho.

Agradeço a todos os professores do LEA-NI, pelos ensinamentos durante os anos de curso, ao pessoal da coordenação e a todos os funcionários da UFPB.

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que tiveram seu direito de ir e vir violados. Que um dia possamos diminuir as barreiras do mundo e fazer dele um lugar mais justo.

A verdadeira viagem de descoberta não consiste em procurar
novas paisagens, e sim em ter novos olhos.

Autor desconhecido

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição	UFPB - Universidade Federal da Paraíba Endereço: Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil - CEP: 58051-900 Centro de Ciências Humanas Letras e Artes Universidade Federal da Paraíba – Campus I, Conjunto Humanístico – Bloco IV, Cidade Universitária – João Pessoa – PB – Brasil CEP: 58059-900.
Dirigentes	Reitoria: Prof. ^a Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz Vice-Reitor: Dra. Bernadina Maria Juvenal Freire de Oliveira Pró-Reitora de Graduação: Prof. ^a Dra. Arianne Norma Menezes de Sá Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: Diretora: Dra. Mônica Nóbrega Vice-Diretor: Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva Departamento de Mediações Interculturais: Chefe: Prof. ^a Dra. Alyanne de Freitas Chacon Vice-Chefe: Ms. Cláudia Caminha Lopes Rodrigues Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais: Coordenador: Prof. Dr. Roberto Vilmar Satur Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Kátia Ferreira Fraga
Projeto	Título: BARREIRAS MIGRATÓRIAS: O CASO DA UNÃO EUROPEIA Vínculo: Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso Professor Responsável: Prof. Dr. Roberto Vilmar Satur
Execução	Orientador: Prof. ^a Dra. Alyanne de Freitas Chacon Aluno: Rachel Alves de Lima Duarte

LISTA DE SIGLAS

CIRAM - Modelo Integrado de Análise de Risco
EASO - Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo
EDF-RAN - Rede Europeia de Análise de Risco de Fraude de Documentos
EDPS - Autoridade Europeia de Proteção de Dados
EMPACT - Plataforma Europeia Multidisciplinar Contra Ameaças de Crimes
EMSA - Agência de Segurança Marítima Europeia
EUA – Estados Unidos da América
EUROPOL – Polícia Europeia
EUROSUR – Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras
FRAN – Rede de Análise de Risco
FRONTEX - Agência de Proteção das Fronteiras Europeias
FSC - Centro de Situação da Frontex
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
MRCC – Centros de Coordenação de Resgate Marítimo
MRE - Ministério das Relações Exteriores
NCCs - Centros de Coordenação Nacionais
SATCEN - Centro de Satélite da União Europeia -
SCIFA - Unidade Comum de Profissionais de Fronteiras Externas
SIS - Sistema de Informação Schengen
UE – União Europeia

RESUMO

O avanço tecnológico dos meios de transporte e de comunicação foram acontecimentos imprescindíveis para o aumento do fluxo migratório mundial. Essa grande demanda impulsionou os Estados a criarem medidas de controle migratório para garantirem a segurança interna. Países desenvolvidos são os mais procurados por migrantes, principalmente os irregulares, que buscam em outros lugares uma vida melhor. Para diminuir a quantidade de imigrantes em situação ilegal, esses países acabam investindo fortemente no controle de suas fronteiras, dificultando a entrada de pessoas que não têm intenções de se estabelecer por meios ilícitos ou pior, negando o direito de asilo para quem realmente precisa. A Europa é um grande exemplo de toda essa situação. Nos últimos anos, ela tem passado por uma crise de imigrantes e a cada dia aumenta suas barreiras para nacionais de países terceiros, enquanto sua população usufrui de uma área de livre circulação, o Espaço Schengen. A partir de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, fizemos uma busca sobre a evolução histórica do fenômeno da migração e apontamos os motivos da não admissão de estrangeiros permitidos em lei. Assim, este trabalho tem como objetivos analisar as disposições do Direito de Livre Circulação e suas restrições, descrever como funciona a maior agência de controle das fronteiras do Schengen, comparando seu discurso com as denúncias de desrespeito aos direitos humanos. Os dados coletados permitiram concluir que existe uma contradição entre as leis dispostas pelo Direito e suas reais aplicações. A violação do direito de ir e vir reflete os interesses dos Estados que, selecionando preferencialmente os imigrantes que se encaixam em seus critérios de desenvolvimento, discriminam as pessoas através de ações denominadas de restrições diretas.

Palavras chave: Direito de ir e vir. Barreiras migratórias. Fronteiras. União Europeia.

ABSTRACT

The technological advance of means of transportation and communication have been indispensable events for the increase in the global migratory flow. This huge demand encouraged the States to create measures of migration control and internal security. Migrants, specially the irregular ones that search in other places a better quality of life, prefer developed countries. To decrease the amount of migrants in an illegal situation, these countries end up investing strongly in their border control, making more difficult the entry of persons that have no intentions to establish themselves by illicit means, or worst, denying the right of asylum for those that really need. Europe is a great example of this situation. In the last years, it has been passing for an immigrant crisis and each day it increases the national barriers for third world countries, meanwhile its population enjoy an area of free circulation, the Schengen Area. Starting from a bibliographic research with a qualitative approach, we made a search about the historical evolution of the migration phenomena and pointed the motives of non-admission of strangers allowed by law. Therefore, this paper has as goals to analyze the dispositions of the freedom of movement right and its restrictions, describe how it works the biggest agency of border control of the Schengen, comparing its speech with the complaints of disrespect of human rights. The collected data allows concluding that exists a contradiction between the laws granted by the rights and its real applications. The violation of the right of freedom of movement reflect the interests of the States that, selecting preferentially immigrants that fit their development criteria, discriminate the people through the actions called direct restrictions.

Keywords: Right of Freedom of Movement. Migratory Barriers. Borders. European Union.

RESUMEN

El avance tecnológico de los medios de transporte y comunicación han sido acontecimientos imprescindibles para el aumento del flujo migratorio mundial. Esta gran demanda alentó los Estados a crearen medidas de control migratorio para garantizar la seguridad interna. Países desarrollados son los más buscados por migrantes, principalmente los irregulares, que buscan en otros sitios una vida mejor. Para reducir la cantidad de inmigrantes en situación ilegal, estos países acaban invistiendo fuertemente en el control de sus fronteras, dificultando la entrada de personas que no tienen intenciones de establecer-se por medios ilícitos, o peor, negando el derecho de asilo para quien realmente lo necesita. Europa es un gran ejemplo de toda esa situación. En los últimos años, ella ven pasando por una crisis de inmigrantes y a cada día aumenta sus barreras para nacionales de países terceros, mientras su población goza de una área de libre circulación, el Espacio Schengen. A partir de una pesquisa bibliográfica con un abordaje cualitativo, hicimos una búsqueda sobre la evolución histórica del fenómeno de la migración y señalamos los motivos de la no admisión de extranjeros permitidos por ley. Por lo tanto este trabajo tiene como objetivo analizar las disposiciones del Derecho de Libre Circulación y sus restricciones, describir como funciona la la mayor agencia de control de fronteras del Schengen, comparando su discurso con las denuncias de falta de respecto a los derechos humanos. Los datos colectados permitieron concluir que existe una contradicción entre las leyes y lo dispuesto por el Derecho y sus reales aplicaciones. La violación del derecho de ir y venir refleja los intereses de los Estados que, seleccionando preferencialmente inmigrantes que se encajan en sus criterios de desenvolvimiento, discriminan las personas a través de las denominadas restricciones directas.

Palabras clave: Derecho de ir y venir. Barreras Migratorias. Fronteras. Unión Europea.

RÉSUMÉ

Les progrès technologiques des moyens de transport et de communication ont été des événements essentiels pour l'augmentation du flux migratoire mondial. Cette forte demande a encouragé les États à créer des mesures de contrôle de l'immigration pour garantir la sécurité intérieure. Les pays développés sont les plus recherchés par les migrants, principalement les migrants irréguliers, qui cherchent une vie meilleure ailleurs. Pour réduire le nombre d'immigrés en situation irrégulière, ces pays finissent par investir massivement dans le contrôle de leurs frontières, ce qui rend difficile l'entrée de ceux qui n'ont pas l'intention de s'établir par des moyens illégaux ou pire, en refusant le droit d'asile à ceux qui en ont vraiment besoin. L'Europe est un excellent exemple de toute cette situation. Au cours des dernières années, ils ont été confrontés à une crise d'immigration et augmentent leurs barrières pour les ressortissants de pays tiers, alors que leur population bénéficie d'une zone de libre circulation, l'espace Schengen. Sur la base d'une recherche bibliographique avec une approche qualitative, nous avons fait une recherche sur l'évolution historique du phénomène de la migration et souligné les raisons de la non-admission des étrangers autorisés par la loi. Par conséquent, ce travail vise à analyser les dispositions du Droit à la libre circulation et ses restrictions, décrire comment fonctionne la plus grande agence de contrôle des frontières Schengen, en comparant son discours avec les dénonciations du manque de respect pour les droits humains. Les données recueillies nous ont permis de conclure qu'il existe une contradiction entre les lois et les dispositions de la loi et leurs applications réelles. La violation du droit d'aller et de venir reflète les intérêts des États qui, en préférant préférentiellement les immigrants qui répondent à leurs critères de développement, discriminent les personnes par le biais des restrictions dites directes.

Mots-clés: Droit d'aller et venir. Barrières migratoires. Frontières. Union européenne.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	15
1.1.2 Objetivos gerais	15
1.1.3 Objetivos específicos	15
1.2 Aspectos metodológicos	15
2 O DIREITO FUNDAMENTAL DA LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO	17
2.1 Direitos Humanos: direito de ir e vir	19
2.2 Limitações do direito de ir e vir	21
2.2.1 Restrições Diretas	22
2.2.2 Restrições Indiretas	24
3 MIGRAÇÃO: HISTÓRICO E REALIDADE ATUAL BRASIL-EUROPA	27
3.1 Motivações para a migração	28
3.2 Migrações no mundo	29
3.3 Imigração no Brasil	31
3.3.1 Posicionamento do Brasil quanto à imigração	34
3.3.2 Os brasileiros no exterior	39
4 POLÍTICAS MIGRATÓRIAS SOBRE O TRÂNSITO DE PESSOAS NAS FRONTEIRAS DA UNIÃO EUROPEIA	42
4.1 A Frontex	44
4.1.1 O Modelo Integrado de Análise de Risco – CIRAM	50
4.1.2 O Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras – EUROSUR	51
4.1.3 O Programa Copernicus	52
5 A FRONTEX E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

As migrações sempre fizeram parte da história do mundo e do homem e se intensificou devido ao fenômeno que denominamos globalização. O avanço tecnológico causou uma revolução nos meios de transporte e nos meios de comunicação, gerando a possibilidade de uma interação e conexão mundial instantânea, permitindo o intercâmbio de uma quantidade absurda de informações, de bens e de pessoas, fenômeno que denominamos globalização. Como afirma Martins (1973) a migração é um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção.

Movidos por um sistema que influencia o consumo, que gera sonhos e expectativas de uma vida melhor, o ser humano foi induzido a aumentar suas necessidades, capacidades e sua estima, tornando a busca por novos horizontes um modo de alcançar seus objetivos e solucionar seus problemas. O fluxo intenso e constante de pessoas fez surgir maiores discussões sobre o assunto, levantando questionamentos sobre suas consequências e impactos globais, tanto positivos quanto negativos, e sobre como os Estados se comportam em relação às migrações que atualmente são movidas pela ideia de um mundo totalmente livre de fronteiras.

A natureza humana é de um ser social que está sempre desejando mover-se, explorar o desconhecido, buscar o novo, “romper as amarras da sociedade subdesenvolvida ou industrializada, pobre ou rica, seja qual for o lugar que ele nasceu” (CARVAZERE, 2001, p. 2). Porém, para concretizar esse desejo é necessário garantir o direito de liberdade de locomoção para qualquer indivíduo que solicite a entrada em outro país.

Em contrapartida, os Estados necessitam se proteger contra tamanha liberdade de locomoção, fazendo com que a realidade seja completamente oposta ao que se deseja. De acordo com Carvazere (2001, p.3), “fronteiras muito bem demarcadas refletem o mundo totalmente dividido, possuidor de donos e portas de entrada e saída, devidamente bem policiadas pelas quais não passa algo sequer”.

Dentro desse contexto, surgiu a ideia de estudar o caso europeu em relação ao aumento das barreiras migratórias. A partir de um episódio ocorrido no aeroporto de Lisboa, onde a autora da pesquisa foi barrada e detida por quatro horas para ser investigada, surgiu o interesse pelo estudo de como alguns grupos de indivíduos são privados do seu direito de ir e vir, levantando questionamentos sobre os Direitos Humanos, Direito Internacional e o controle das fronteiras como política de Estado.

O problema estabelecido para fundamentar o presente trabalho buscou entender os motivos que levam as pessoas a serem detidas e verificar se esses motivos são justificados em uma causa real, como por exemplo, a prevenção de um ataque terrorista, crise de imigrantes ilegais ou por pura xenofobia. Portanto, a preocupação básica foi analisar as razões do poder decisório sobre quem tem ou não o direito de livre circulação, e se isso está sendo feito de forma legal ou abusiva.

O combate à imigração ilegal é uma das maiores preocupações das grandes potências, principalmente as Europeias. Nos últimos anos, a UE recebeu um grande fluxo de imigrantes classificados como refugiados de países em guerra ou que passam por extremas dificuldades. Muitos deles vindos de regiões em desenvolvimento, buscando melhores oportunidades profissionais. Entre eles estão os brasileiros. A Europa é o segundo destino mais procurado por quem deseja sair do Brasil. Infelizmente, muitos que tentam atravessar suas fronteiras sofrem ao se deparar com um regime migratório que insiste em aumentar suas barreiras e reduzir o direito de ir e vir das pessoas.

Um fato que causa grande contradição no tema é o acordo assinado em 1985 entre vários países europeus que promove a livre circulação entre nações signatárias e estabelece uma área sem controle nas fronteiras internas, permitindo que pessoas de qualquer nacionalidade transitem sem restrições dentro do espaço delimitado. O Tratado de Schengen, como foi denominado, de fato, prioriza os nacionais dos Estados envolvidos, não abrangendo o direito para nacionais de terceiros países, que ao entrar no espaço necessitam passar por uma vistoria para ter sua entrada permitida ou negada. Só depois dessa aprovação os estrangeiros poderão usufruir da mesma liberdade que os pertencentes à UE.

Determinada a lutar contra a imigração ilegal e com o intuito de fiscalizar o grande movimento migratório causado pela área de livre circulação, a UE criou, em 2005, a Agência de Proteção das Fronteiras Europeias – Frontex, um organismo responsável pela cooperação operacional entre países membros no que diz respeito à segurança nas fronteiras externas. Para as autoridades desse bloco, a liberdade de circulação dentro da UE só é possível se existirem controles verdadeiramente eficazes em todos os pontos dos seus estados membros. Na ótica dos migrantes, a agência tornou a UE uma grande fortaleza.

1.1 Objetivos

1.1. Objetivo Geral:

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as políticas migratórias adotadas pela União Europeia e as razões de não admissão de estrangeiros no espaço Schengen, observando se essas razões estão de acordo com os direitos humanos.

1.1.2 Objetivos específicos

Quanto aos objetivos específicos, estes foram:

- i) Analisar as disposições do Direito de Livre Circulação e suas restrições;
- ii) Pesquisar a evolução histórica do fenômeno da migração no mundo e no Brasil;
- iii) Descrever o funcionamento da maior agência de controle migratório europeia, a Frontex;
- iv) Comparar o discurso da Frontex com as denúncias de desrespeito ao direito de ir vir dos migrantes com destino à Europa.

1.2 Aspectos metodológicos

A metodologia empregada neste trabalho foi de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, uma vez que a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela busca de informações que já foram abordadas anteriormente sobre um assunto, “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais e audiovisuais” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183). Ela permite ao pesquisador fazer uma avaliação do que já foi estudado previamente proporcionando fazer uma nova abordagem com outras perspectivas, chegando a diferentes conclusões. Já a pesquisa documental foi feita através de arquivos públicos em documentos oficiais como constituições, leis e regulamentações (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Uma pesquisa é qualitativa quando procura-se descrever, compreender, explicar o motivo dos fenômenos obtendo uma maior compreensão sobre o assunto. “A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Assim, neste trabalho fizemos uma análise dos dados dos textos da legislação específica e estudos de pesquisadores que tratam do direito de livre circulação migratória e suas restrições implícitas nas políticas de Estado. O objeto de estudo foi a política de fronteira praticada pela União Europeia, observando suas implicações e impactos no movimento migratório mundial.

O debate sobre o tema da migração ganha relevância pela escassez de bibliografia no Brasil sobre o assunto. Discutir o fenômeno é necessário para a conscientização da comunidade em geral sobre as questões migratórias, além de oferecer subsídios preventivos àqueles que têm um interesse em viajar ao exterior, principalmente para o caso dos estudantes do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, que sempre buscam intercâmbios para se aperfeiçoar em outros países e enfrentam constantes problemas nas alfândegas dos países aos quais se destinam.

Para melhor entendimento dos conteúdos deste trabalho, foi adotada a divisão dos temas em quatro seções: na primeira, foram tratadas questões sobre o direito de liberdade de livre circulação e suas restrições legais; na segunda, foi apresentada a evolução histórica das migrações no mundo e no Brasil; a terceira seção tratou das políticas migratórias com relação ao trânsito de pessoas nas fronteiras da União Europeia e da atuação de sua principal agência de controle de fronteiras – a Frontex; na quarta seção, foi analisada a prática controladora e os casos de violações dos Direitos Fundamentais na região denominada Espaço Schengen.

2 O DIREITO FUNDAMENTAL DA LIBERDADE DE LIVRE CIRCULAÇÃO

O Direito é um mecanismo de normatização social extremamente importante. Está ligado não somente aos casos sociais como também políticos, econômicos, culturais, religiosos, morais, etc. Rousseau, em 1762, afirmou que o Direito surgiu a partir do convívio social, uma vez que a vida em sociedade necessita de normas de condutas que controlem os comportamentos das pessoas, facilitando a interação entre elas. Essas normas têm natureza moral, religiosa e ética, e são garantidas pela intervenção de um poder central, o Estado.

No sentido científico, o Direito significa o conjunto de normas jurídicas e está dividido em Direito Positivo e Direito Natural. O primeiro refere-se às normas impostas pelo Estado ao seu povo, delimitadas para o seu território durante certo período de tempo e de acordo com a realidade de cada sociedade, e do modo de vida da época, por isso sua natureza é mutável (VATTEL, 2004). A Constituição Federal, os contratos e os costumes são exemplos de direito positivo. As leis são firmadas a partir de um “contrato social”, ou seja, partem da vontade política da nação e são ditadas e difundidas pelo Estado. Tais leis devem ser totalmente respeitadas, caso contrário, o violador receberá uma punição condizente com sua infração (AZAMBUJA, 2008).

O Direito Natural tem como fundamento as leis da natureza e da razão humana natural observada em todos os homens. Conhecido também como os direitos fundamentais do homem, a partir dele desenvolveram-se os direitos humanos. Ao contrário do direito positivo, que só tem validade dentro das limitações de seu território, o direito natural é considerado universal, ultrapassando as fronteiras territoriais, sendo igual para todas as pessoas, não importando nacionalidade, cultura, crença, raça ou condições financeiras. É também um direito permanente, pois é originado do que constitui o ser humano, e é imutável, independendo da ação do tempo e da evolução do homem (VATTEL, 2004).

Na idade média, foi concebida a ideia de que o Direito Positivo derivava do Direito Natural. Essa ideia cresceu no século XVIII pelo movimento racionalista e foi defendida pelo iluminismo, passando, assim, a ser representada como fonte da liberdade do povo em relação à tirania de monarquias absolutas. Só a partir das revoluções liberais que deu início a codificação do Direito Natural voltada para a razão humana. Os primeiros indícios da codificação dos Direitos Humanos surgiram na Revolução Inglesa, com a Declaração dos Direitos de 1688. Em seguida na Revolução Americana com a Declaração de Direitos de Virginia, de 12 de junho de 1776, tida como a primeira declaração dos direitos humanos dos

tempos modernos. E por fim, a publicação na França da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, durante a Revolução Francesa, marco na história mundial. (TOSI, 2004)

Mesmo sendo a fonte originária dos Direitos Humanos, o Direito Natural não dá ao homem o *status* de sujeito do Direito. Para que isso aconteça, consoante Sorto (2013) é necessário que esses direitos sejam regulados por organizações internacionais e leis universais. Esse entendimento surgiu após o encerramento da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando nasce a ideia de que o ser humano é sujeito do Direito Internacional, e que precisa ser protegido pelos Direitos Humanos. Portanto, a questão seria de interesse internacional, não podendo se limitar ao direito de jurisdição interna dos Estados.

Ainda segundo o autor supracitado, após o último grande conflito mundial, foi revogado o conceito da soberania absoluta dos Estados, o que na prática permitiu intervenções, monitoramento e responsabilização internacional quando os Direitos Humanos são violados. Reconhece-se, também, o direito do homem ser protegido internacionalmente pela sua condição de sujeito do direito, podendo este também agir e fazer parte de cortes internacionais. (SORTO, 2013)

Ao somar mais de 33 milhões de mortos no fim da Segunda Guerra Mundial, dos quais a maioria era de civis que não estavam em campo de batalha, percebeu-se a necessidade de garantia de condições dignas para os homens. Para prevenir que o mundo passasse por um grande terror novamente, foi ratificada a Carta das Nações, estabelecendo o surgimento de uma organização mundial para promover a paz. Essa carta foi escrita entre abril e junho de 1945, com a colaboração de 50 países, dando início à criação da Organização das Nações Unidas – ONU.

No texto da ‘Carta das Nações’ foram estabelecidos os seguintes objetivos (ONU, 1945):

- Preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade.
- Reafirmar nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas.
- Estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações de tratados e de outras fontes do direito internacional.
- Promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade.

A ONU possui 193 países membros com escritórios espalhados por todo o mundo. Entre suas principais funções estão a manutenção da paz e segurança internacional, o desenvolvimento das relações amistosas entre os Estados, a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômicos, sociais, culturais, e humanitários,

promover o respeito aos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais, e ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns (ONU, 1945).

A ONU ratificou os Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948, durante a assembleia geral das Nações Unidas de Paris, através da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento é considerado uma das maiores conquistas da humanidade, cujo texto reconhece a dignidade de cada ser humano e a importância do direito à liberdade, justiça e paz mundial. A partir desse documento, fica estabelecido que os Direitos Humanos são os direitos inerentes a todos os seres humanos pelo simples fato de sua humanidade. E que o gozo desses direitos não tenha distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem social, nacional, condição de nascimento ou riqueza (ONU, 1948). Nesses termos, a declaração seria um instrumento legal que poderia garantir a proteção, seja individual ou de grupos, contra ações ou abandono de governo que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.

Os Direitos Humanos estão expressos no Direito Internacional consuetudinário, conjuntos de princípios e outras modalidades do Direito. Sua legislação específica obriga os Estados a agirem de acordo com seus princípios e proíbe o envolvimento em atividades que firam a integridade do ser humano. A privação da vida, da liberdade, da segurança, da educação, da alimentação, a tortura e a perseguição, são exemplos disso.

De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos, em seu Art. 30º (ONU, 1948):

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma atividade ou de praticar algum ato destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

O texto da Declaração explicita ainda que as principais características dos Direitos Humanos são o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa. Eles são inalienáveis. Ninguém pode ser privado de seus direitos, mas eles podem ser limitados em certos casos. Os direitos também são indivisíveis, inter-relacionados e independentes, isto é, caso um direito seja violado, afetarão outros.

2.1 Direitos Humanos: direito de ir e vir

Azambuja (2008) declara que as sociedades se organizam de forma política através do Estado. Para ser considerado como tal ele deve ser formado por três elementos: nação, território e soberania. O primeiro consiste em um grupo de indivíduos que habitam o mesmo território, unidos pela mesma moral, costumes, cultura, possuem uma identidade e interesses

em comum, que abraça sua pátria e tem orgulho de ter a mesma nacionalidade. Apesar de ser o elemento humano do Estado, não pode ser confundido com o povo, pois povo é toda a população presente no Estado, podendo estar ali estrangeiros que não se encaixam dentro daquela nação ou pessoas que não dividem o mesmo sentimento de nacionalidade.

O segundo elemento é a área do globo em que se delimita o espaço onde cada Estado exerce seu poder jurídico, que lhes oferece recursos materiais, e que é soberano. Tal espaço deve ser fixo e determinado. Faz parte do território o espaço da atmosfera que compreende o território do país, como também três milhas marítimas depois da costa dos países banhados pelo mar. O alto mar é considerado pelo Direito Internacional uma área livre de soberania (AZAMBUJA, 2008).

O terceiro elemento, a soberania, é o que se entende por poder. Sua essência é formada por ordem e hierarquia. A ordem tem o fim de disciplinar a população para manter a harmonia social. E a hierarquia tem o poder de ditar ordens. Quem detém esse poder é o governo, distinguindo-o dos outros grupos sociais.

O Estado é considerado soberano, pois ele tem o poder supremo, dotado de coação irresistível em relação ao resto da população e aos grupos que a formam, mantendo a independência em relação a outros Estados, ou seja, não há poder jurídico superior a ele. A soberania é dividida em interna, quando temos a noção que dentro do Estado não há poder superior a ele, e soberania externa representa a relação de igualdade e independência entre os Estados, não havendo nenhum tipo de subordinação (AZAMBUJA, 2008).

Contudo, a soberania necessita de limitações, caso contrário ela se autodestruiria. Segundo Azambuja (2008, p. 494), “o Estado é uma organização jurídica, é um sistema de equilíbrio; se seu poder fosse ilimitado, não respeitasse nenhum direito, não reconhecesse nenhuma regra, não aceitasse nenhuma limitação, implementaria a anarquia”. Essa condição implica que ele deve ser subordinado à própria ordem jurídica, denominada ‘Autolimitação do Poder do Estado’ (AZAMBUJA, 2008). O entendimento no Direito Internacional é que o poder do Estado só pode ser limitado apenas pelas leis que ele mesmo determina, obedecendo ainda os limites dos direitos naturais da pessoa humana.

O conhecimento sobre os conceitos de Estado Soberano e o Direito requer alguns esclarecimentos sobre os temas dos Direitos Humanos e do Direito. As dúvidas mais frequentes estão relacionadas a quem possui o poder decisório, se o poder decisório de transitar em seu território é do Estado Soberano ou é um direito do homem de livre circulação assegurado pelos Direitos Humanos, e se a autoridade tem mais poder do que a liberdade.

Para dirimir essas dúvidas, temos o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que determina em seus artigos (ONU, 1948):

Artigo 13º: Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

Artigo 14º

§1. Toda pessoa sujeita à perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

Artigo 15º Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

§1. Todo indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade,

§2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Para Azambuja (2008) as ideias de autoridade e liberdade são complementares. Nenhuma das duas pode ser retirada completamente, tampouco pode ser utilizada por inteiro. A autora afirma:

Se fosse possível suprimir totalmente a liberdade dos indivíduos, a sociedade se tornaria um rebanho de escravos embrutecidos, de onde desapareceriam em breve os últimos vestígios da moral, do direito, da ciência, da arte e da civilização; uma sociedade onde não houvesse autoridade soçobriria rapidamente no crime, na miséria e na morte. (AZAMBUJA, 2008, p 177):

A palavra-chave para esse entendimento é o equilíbrio na limitação do exercício da autoridade do Estado e da liberdade dos indivíduos. As delimitações ficam a cargo do Direito, que procura encontrar a harmonia para que os dois lados sejam respeitados, determinando as ordens através do Estado, ao mesmo tempo garantindo o bem público, a felicidade e o progresso da sociedade.

A dificuldade atual para definir os limites da autoridade e do indivíduo está na criação das leis. O fator comum entre o bem público e as necessidades sociais é o que justifica e fundamenta as leis. Mas esse fator muda de acordo com a sociedade e o tempo (AZAMBUJA, 2008). Isso significa mudanças até nos direitos fundamentais, o que implica em limitações nesses direitos.

2.2 Limitações do direito de ir e vir

O direito humano de ir e vir é um princípio assegurado em tratados internacionais, estabelecido em 16 de dezembro de 1966, no Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos. O Art. 12 desse pacto enuncia que (CARVAZERE, 2008):

1. Todo Indivíduo que se encontre legalmente no território de um Estado terá o direito de circular livremente por ele e de livremente estabelecer sua residência dentro dele.
2. Todo indivíduo terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive seu próprio.
3. Os direitos acima mencionados não poderão ser objeto de restrições, salvo quando estas se encontrarem estabelecidas em lei para proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde e a moral pública, ou os direitos e liberdade de outros, e forem compatíveis com os demais direitos reconhecidos no presente pacto.
4. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado do direito de entrar em seu próprio país.

No mesmo documento, em seu Art. 12, § 3º, aparecem as restrições permitidas em lei relacionadas com a segurança nacional, ordem pública, saúde pública, moral pública, direitos e liberdade de terceiros, compatibilidade com outros direitos reconhecidos no pacto, incapacidade jurídica e conhecimento profissional. As restrições são divididas didaticamente em duas vertentes: as diretas e as indiretas. Suas principais características são apresentadas nos próximos sub-tópicos.

2.2.1 Restrições Diretas

A Segurança Nacional é um fator de restrição direta por ser uma garantia da independência política e de integridade dos Estados no contexto da paz internacional. Essa restrição é utilizada na hipótese de ameaça do uso da força externa contra o Estado em assuntos de defesa nacional (CARVAZERE, 2001). O grande problema dessa limitação é que ela abrange várias interpretações, entendendo-se por qualquer coisa que ameace a segurança pública e interna. A sua utilização pode impulsionar casos de desrespeito ao direito do indivíduo sob a alegação de ameaça à segurança nacional pelo Governo.

Outro exemplo de restrição baseado na segurança nacional é quando o indivíduo não recebe seu passaporte ou visto para sair de seu próprio país, caso ele seja considerado um risco para outros países. A suspeita de integração em grupos e atividades no exterior, que sejam prejudiciais ao Estado quando esse indivíduo retornar, pode ser usada para a negação de passaporte. Segundo Carvazere (2001), a solução para evitar uma aplicação arbitrária da lei seria limitar sua utilização apenas quando houvesse uma punição prevista no direito penal.

A autora supracitada também destaca que, quando se tem a restrição em nome da ordem pública, o objetivo é manter a tranquilidade interior, sendo barrados elementos conturbadores como criminosos, ladrões, prostitutas, traficantes de pessoas, contrabandistas, fornecedores de drogas e mercadorias falsificadas. Impedidos de sair pelo governo nacional e impedidos de entrar pelo governo estrangeiro, esses elementos não têm oportunidade de

interferir na ordem pública. Deve-se ter em mente que só é válida a interferência no direito do indivíduo mediante comprovação de criminalidade.

Carvazere (2001) afirma, ainda, que a saúde pública é uma restrição válida para evitar casos de propagação de epidemias e doenças contagiosas. Regulada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, através de leis sanitárias e de saúde, é legal o impedimento da livre circulação a portadores de doenças contagiosas, como também dependentes de droga e álcool. Os nacionais não poderão ser impedidos de entrar em seu próprio país, mesmo sendo portadores de doenças contagiosas, devendo ser encaminhados para tratamento e não serem barrados. O Estado está inteiramente ligado aos indivíduos de sua nação e deve se responsabilizar por eles, tendo o dever de receber seus nacionais.

A moral pública é uma condição que varia de acordo com cada país, devido a diferentes costumes, mentalidade e religião. Cada Constituição determina o que não é moral e o que não se permite em seu Estado. Por exemplo, a poligamia é um costume não aceito no território brasileiro, o que não significa que um indivíduo que faça uso dessa prática será impedido de entrar Brasil, mas ele jamais poderá desposar-se de mulher neste país (CARVAZERE, 2001).

Os direitos e a liberdade de terceiros determinam que nacionais e estrangeiros podem ser impedidos de sair do país em caso de pendências e obrigações devidas. Exemplos de obrigações são: pensão alimentícia, exames médicos obrigatórios para determinação de paternidade, obrigações contratuais para entrega de mercadoria ou prestação de serviço (CARVAZERE, 2001).

Na compatibilidade com outros direitos reconhecidos no pacto, é ilegal proibir a entrada de estrangeiros pelas seguintes condições: cor, raça, sexo, condições financeiras, língua, religião, opinião política e origem nacional (CARVAZERE, 2001). Para evitar tais discriminações, há a necessidade do impedimento de estar de acordo com os quesitos citados anteriormente, caso contrário, seria uma restrição discriminatória.

A incapacidade jurídica, diz respeito à entrada ou à saída de menores sem autorização dos responsáveis. É uma lei válida também para deficientes mentais. Essa restrição é uma medida de proteção ao incapaz; e o conhecimento profissional é uma restrição muito comum em países subdesenvolvidos onde se barra a saída de profissionais habilitados e com algum conhecimento específico. Diz-se aceitável quando o país investiu na formação de tal profissional para que este pudesse contribuir com o desenvolvimento do seu país, impedindo-o de ir para países industrializados, onde poderiam encontrar condições melhores

(CARVAZERE, 2001). É possível considerar como questão de segurança nacional quando se tratam de profissionais que trabalham com a defesa nacional e segredos militares e de Estado, evitando, dessa forma, vazar informações e conhecimentos importantes para países governados por potenciais inimigos.

2.2.2 Restrições indiretas

Os Estados praticam restrições indiretas através de medidas econômicas e do *Brain drain*. Nos dois casos, a ação do Estado acontece através de formas discriminatórias que vão dificultar o direito fundamental de ir e vir através da burocracia. No caso das medidas econômicas, as pessoas são impedidas de ir e vir em consequência das altas taxas cobradas nas viagens para o exterior, nos altos preços dos documentos necessários para as viagens, limites de moedas estrangeiras, exigências de depósitos e montantes de pertences a serem levados (CARVAZERE, 2001). Esses impedimentos geralmente levam a entradas ilegais nos países.

A restrição baseada no *Brain drain* se refere ao fluxo de pessoas altamente qualificadas que saem em busca de uma oportunidade melhor em países industrializados movidas por insatisfação, pelo desejo de realizar pesquisas, pela vontade de viajar ou por condições políticas e sociais (CARVAZERE, 2001). Esse caso leva os países desenvolvidos a continuarem evoluindo e os em desenvolvimento a ficarem sem recursos e meios para prosperar.

As restrições discriminativas proibidas pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, apesar de serem ilegais, ocorrem frequentemente e sempre camufladas como uma restrição direta. Não existem leis que proíbam a circulação desses grupos, porém, há muitos interesses por parte dos Estados que dificultam a entrada ou saída dessas pessoas. Grupos étnicos são geralmente proibidos de circular com propósito de mantê-los subordinados para exploração econômica (CARVAZERE, 2001). Há casos de teorias racistas que acreditam que algumas raças são incapazes de formar grandes Estados e, portanto, atrapalhariam o desenvolvimento, criando desigualdade e contribuindo para a decadência da nação. Esse tipo de pensamento é difundido por certos grupos extremistas como os neo-nazistas (AZAMBUJA, 2008).

A discriminação quanto ao gênero é muito comum. Muitas mulheres são barradas com justificativa de combate à prostituição, o que de fato é um grande problema a ser combatido. Mas essa medida de segurança pode se transformar em discriminação. Relatos de brasileiras

revelam que muitos estrangeiros acreditam que o Brasil é um país fornecedor de prostitutas, uma característica que é atribuída a toda sua população (CARVAZERE, 2001).

A restrição por gênero também é praticada pelo impedimento da circulação das mulheres com a perda de sua capacidade civil. Em muitos Estados, a mulher só pode transitar com a prévia autorização dos seus maridos ou responsáveis. O desafio é garantir que, nesses países, essa situação seja revertida.

Carvazere (2001) afirma que em casos de discriminações religiosas, os países proíbem os praticantes de determinadas religiões entrarem em seus territórios. Ou só permitem a entrada de pessoas praticantes da religião de maior predominância no local. O caso mais recente aconteceu em janeiro de 2017, quando o presidente dos EUA, Donald Trump, proibiu a entrada de muçulmanos vindos do Irã, Síria, Líbia, Somália, Iraque, Iêmen e Sudão.

A autora também esclarece que a discriminação quanto à opinião política geralmente prejudica mais aos nacionais, que são impedidos de sair porque podem se envolver com atividades no exterior que causem danos ao Estado ou se associar com estrangeiros para conspirar contra o governo. Outro temor é o contato com ideologias contra as filosofias e a moral do Estado. Há também a possibilidade de o nacional ser extraditado, ou seja, expulso do seu próprio país devido à oposição de ideias políticas.

A restrição relacionada à origem nacional é um argumento discriminatório utilizado pelos países desenvolvidos para negar a entrada de pessoas que pertencem a países pobres ou subdesenvolvidos. Nesse caso, o temor é que essas pessoas queiram ficar lá ilegalmente para tentar uma vida melhor, o que pode coincidir também com questões raciais, cor e religião (CAVARZERE, 2001). A discriminação quanto à questão financeira é corriqueira, muitas pessoas são barradas por estarem usando vestimentas simples ou portando pouco dinheiro.

A restrição quanto ao *status* político, jurídico ou internacional, do país ou território ao qual a pessoa pertence acontece quando há rejeição da entrada de pessoas originárias de países com algum tipo de limitação de soberania. Por último, a discriminação quanto à língua é um caso raro, mas alega-se que o fato de não conseguir se comunicar pode atrapalhar na hora de atravessar fronteiras, causando mal entendidos e colocando o estrangeiro em situações delicadas (CAVARZERE, 2001).

A partir dessa visão geral sobre os direitos humanos e a liberdade dos indivíduos, e o exercício da soberania dos Estados para a sua proteção, percebemos o quanto é difícil se chegar a uma solução concreta para os casos de privação de liberdade e violação dos direitos humanos. Uma das saídas seria o comprometimento dos Estados com as normas dos direitos

humanos para a diminuição das ações xenofóbicas, preconceituosas e de má intenção, voltando suas forças para se assegurarem ao que de fato é realmente perigoso.

3 MIGRAÇÃO: HISTÓRICO E REALIDADE ATUAL BRASIL-EUROPA

Os Estados sofrem constantes mudanças devido às consequências tanto da emigração como da imigração. São alterações populacionais, culturais, étnico-religiosas, econômicas, políticas e sociais que envolvem também questões de segurança nacional, humanitárias e de respeito aos Direitos Humanos.

O aumento da migração pode causar problemas, como a escassez da mão de obra qualificada, o despovoamento e a instabilidade econômica e política. Com relação aos países que recebem esse grande número de migrantes, quando não são absorvidos pelo mercado de trabalho ou aceitos pela população local, surgem consequências como a marginalização e a intolerância. Os imigrantes temporários, mesmos os mais qualificados, são acusados de aceitarem salários reduzidos e transferirem a riqueza nacional para o estrangeiro (CARVAZERE, 2001).

Diante desse contexto, o tema da migração é bastante complexo e contraditório. Mesmo que seja um fenômeno vivenciado cotidianamente há tanto tempo, permanece a precariedade de diálogo sobre o assunto. Para compreendermos melhor essa problemática é necessário apresentar os conceitos principais relacionados ao assunto.

A migração envolve a circulação de pessoas dentro de um território chamado movimento migratório interior, ou fora dele, que é denominado movimento migratório exterior ou internacional. Nos dois casos, a movimentação pode ser temporária ou permanente. O termo migrante significa aquele que muda de uma região para outra, ou de um país para outro (CARVAZERE, 2001). Já o termo imigrar diz respeito à ação de estabelecer-se em um país estrangeiro, ou seja, é quando o indivíduo entra em uma região que não sua para viver. Tem como ponto de referência o local de destino. Por fim, emigrar é a saída do país/região de origem, portanto, é quando o indivíduo sai de lugar para outro. Tem como ponto de referência o local de origem.

No caso do termo ‘refugiado’, a denominação é o tratamento dado pelos governos para as pessoas que abandonaram seus países por questões socioeconômicas, políticas, religiosas, desastres naturais ou conflitos armados, obrigadas a deixar sua pátria e pedir asilo em outros países. Esses indivíduos estão sujeitos ao ato da deportação, quando a pessoa não é aceita em determinada nação. No rol das possibilidades, o refugiado pode ter adquirido essa condição por desterro, exílio ou extradição, dependendo da situação do seu país de origem ou que esteja refugiado.

3.1 Motivações para as migrações

Cataclismos, desastres naturais, fome, guerras, perseguições religiosas ou políticas e a perspectiva de uma vida melhor, aperfeiçoamento profissional e autorrealização sempre foram os maiores motivos de deslocação do homem. Para Martins (1973, p. 20) a primeira fase que compreende a migração é a motivação para migrar, ou seja, “as necessidades e disposições que levam as pessoas a saírem de um lugar para o outro.” Em seguida vem a estrutura do processo migratório real, que compreende o trajeto do lugar de origem para a nova locação e por último, seria a fase de assimilação dos imigrantes na nova sociedade, onde ocorre o processo de integração cultural e social. (MARTINS, 1973)

Esses movimentos foram e continuam sendo a maior fonte de avanço que o mundo já presenciou. A junção de culturas diferentes é um estímulo para a troca de informações e conhecimento, nos permite ver o mundo com novos olhos. “O processo de globalização do mundo contemporâneo provoca novos arranjos de tempo e espaço e interconexão de experiências nunca antes imaginada; essas combinações múltiplas influenciam a formação de novas identidades”. (STEVENS, 2007, p.53) Todos os países, principalmente os desenvolvidos, tiveram a ajuda de migrantes em sua construção. Os benefícios de uma diversidade cultural são muito claros quando se olha para o histórico de formação de uma nação. Ainda assim, a migração não é um movimento bem visto pelos Estados, que preferem fechar as portas ao estrangeiro a se abrir ao novo.

De acordo com Carvareze (2001, p. 14):

O controle de migrações teve um início tardio, sendo um método atual. Nos tempos coloniais não havia política nacional de imigração, a questão era tratada nos limites da colônia, individualmente, onde muito pesavam as diferenças no desenvolvimento regional.

Autores como Francisco de Victoria, Hugo Grotius e Emmer Vattel, defenderam o direito de o homem sair de sua terra natal, de se estabelecer onde quer que lhe conviesse, fosse para colonizar outras nações ou para comerciar, e de retornar a sua pátria posteriormente (CARVAZERE, 2015). Mas só após a renascença, quando os problemas relacionados à migração começaram a surgir e causar preocupação nas autoridades, é que o assunto começou a ser abordado. Através de colaboração entre os Estados, as ideias contra a migração passaram a ser desenvolvidas até se tornarem as regulamentações migratórias que hoje conhecemos.

3.2 Migrações no mundo

A história da migração é a história do homem. Há cerca de 20 mil anos a.C., o homem originário da África já estava espalhado por quase todo o mundo. Essa história está dividida em três grandes fases: Pré-histórica, histórica e contemporânea (CARVAZERE, 2001).

Fase 1- Pré-histórica – abrange as migrações primitivas

O homem primitivo foi impulsionado a se deslocar por causas naturais. Drásticas mudanças climáticas, falta de alimentos, submersão de continentes e outras catástrofes fizeram do homem pré-histórico um constante nômade. Sempre que surgia a necessidade, ele procurava outro ambiente propício para sua sobrevivência. Além dos nômades asiáticos e africanos, as viagens dos malasianos e polinésios pelas extensões dos oceanos Índico e Pacífico, o êxodo dos hebreus para o Egito, exemplificam bem os movimentos migratórios iniciais.

Fase 2 - Histórica

Ocorrida durante as idades média e moderna, as invasões bárbaras, as migrações colonizadoras e as migrações forçadas fazem parte da migração na antiguidade. O perfil dessas épocas é marcado pela violência, destruição e invasões, onde se tomavam posses de terras e pessoas como espólios de guerras.

As migrações tidas como invasões antigas são as vindas do Oriente para a Europa Oriental e Mediterrâneo, em seguida para o Ocidente. As invasões dos filisteus e dos gregos em toda região mediterrânea exerceram o domínio da Itália meridional. As invasões bárbaras abrangem a pressão dos eslavos sobre os germânicos, pela pressão dos vândalos sobre os lombardos e de vários outros descendentes da Europa setentrional e ocidental, atingindo a África. As invasões do tipo colonizadoras foram as mais duradouras e resultaram no povoamento de toda a bacia mediterrânea onde hoje se encontram Espanha, França, Itália, Iugoslávia, Albânia, Grécia, Turquia, Síria, Estado de Israel, Egito, Líbia, Tunísia, Argélia, e Marrocos. O advento das migrações forçadas marca o início das práticas escravistas, onde asiáticos e egípcios se tornaram escravos na Grécia. E, com a decadência dessa civilização, muitos gregos se tornaram escravos em Roma.

A Idade Média é marcada por duas grandes invasões: a germânica e a turca. Nessa época, as migrações aconteceram da Ásia para a Europa, da África para Europa, da Europa para a Ásia, e da Ásia em direção à Oceania e à África. Enquanto que na Idade Moderna, que compreende do século XV até o século XVIII, houve um abrandamento nesses fluxos e

mudanças. As invasões praticamente acabaram e as migrações continentais se tornaram estacionárias.

No início do século XV, quando começaram as migrações transoceânicas, descobertas geográficas e do avanço nas técnicas de transportes, o mundo caminhou para as transformações que motivaram o deslocamento humano da fase Contemporânea.

Fase 3 – Contemporânea

Os maiores movimentos migratórios da fase Contemporânea aconteceram a partir de 1789, impulsionados pelo liberalismo econômico e pelo desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Nessa época, intensificou-se o povoamento do Novo Mundo, principalmente com as primeiras independências americanas (CARVAZERE, 2001). As principais características dessa época são as migrações transoceânicas e intracontinentais, como foi o caso da Suíça, que mesmo sendo um país de pequena dimensão territorial, abrigou refugiados franceses, italianos, austríacos e alemães, adquirindo uma grande diversidade de línguas e culturas.

Outro grande fluxo de emigração do séc. XVIII foi a irlandesa, provocada pela fome devido à peste na agricultura. A maioria da população deixou o país a caminho da América do Norte e Inglaterra. Essa migração maciça quase despovoou o país, ocasionando grandes problemas econômicos. No mesmo período, a migração alemã também teve um forte impacto no globo, principalmente continental. Os alemães migraram para Europa oriental, em seguida para os Estados Unidos da América e para o Brasil. E em meado do século XIX, cerca de 55 milhões de europeus foram para o exterior, principalmente para o Novo Mundo, buscando novas terras e riqueza (CARVAZERE, 2001). Essas migrações foram incentivadas pelos próprios países americanos, com destaque para a América do Sul.

No século XIX, o grande interesse dos estados latino-americanos era atrair estrangeiros. Diversos países introduziram em suas constituições prerrogativas de liberdade de imigração. No Brasil, a imigração era imprescindível devido a falta de mão de obra e uma grande extensão de terra despovoada. Subsidiados pelo Estado, uma grande leva de imigrantes se instalaram no país. (KOIFMAN, 2012) O artigo 72º, § 10, da constituição de 1891 estabeleceu que “em tempos de paz, qualquer pessoa poderia entrar em território nacional, com sua fortuna e bens, quando e como lhe conviesse, independente de passaporte”. Italianos, portugueses e espanhóis vieram em massa para o sul e sudeste do Brasil devido a afinidades climáticas e culturais. Mediterrâneos também vieram em grande número. Além dos povos latinos, muitos orientais migraram para a América do Sul e Central. Entre os anos de 1826 e

1966, a Itália foi o país líder no movimento migratório transoceânico. Ao todo, foram 7,5 milhões de italianos que deixaram definitivamente sua pátria (CARVAZERE, 2001).

3. 3 Imigração no Brasil

Os primeiros a desbravar as terras brasileiras foram os portugueses. Estes vieram com o intuito de obter riquezas. A plantação de cana para fabricação de açúcar foi bastante lucrativa, tendo em vista que toda a força de trabalho era feita por negros escravizados. Esses escravos foram trazidos pelos portugueses através de uma migração forçada, que só foi interrompida após a abolição da escravidão, e os libertos permaneceram no país, tornando-se parte étnica da civilização brasileira (CARVAZERE, 2001).

No início do processo de colonização os portugueses admitiram a entrada de estrangeiros que aqui quisessem trabalhar. Preferia-se o europeu, estes eram trazidos para promoverem o branqueamento da população (KOIFMAN, 2012). Vieram espanhóis, italianos, holandeses, ingleses, irlandeses e alemães. Estes povos podiam ser mercadores na costa brasileira, desde que pagassem dez por cento do valor dos produtos como impostos, mas não podiam traficar. A tolerância durou pouco. Em 1600, durante o domínio espanhol, Felipe II ordenou que expulsassem todos os estrangeiros do Brasil. Vinte sete anos depois foi renovada a proibição, sendo depois revogada a lei em favor de ingleses e holandeses.

A ocupação brasileira era predominantemente no litoral. Apenas com a descoberta de ouro em Minas Gerais é que ocorreu a migração para o interior do país, onde eram apenas tolerados estrangeiros de nações amigas (Inglaterra e Holanda).

Em 1720, novamente foi proibida passagens para o Brasil. Só tinham permissão de entrada no país pessoas de cargo público, acompanhados dos criados indispensáveis e religiosos como bispos e missionários. A exceção era apenas para pessoas com comprovantes de negócios extremamente importantes, comprometendo-se a regressarem no prazo que lhes eram dados. As fiscalizações se tornaram mais rigorosas a partir de 1771, dificultando a residência das pessoas que não justificassem detalhadamente seus interesses (CARVAZERE, 2001).

No início do século XIX, a crise em Portugal e a grande dependência econômica da Inglaterra fez com que vários conflitos políticos-militares se desenvolvessem, o que provocou a vinda da corte real portuguesa para o Brasil em 1808. Foi o ano de início da urbanização e da imigração no país.

Em 28 de janeiro de 1808, dá-se a abertura dos portos no Brasil. Mas só em 1827, em São Paulo, que iniciou-se o registro da entrada de estrangeiros no país como imigrantes. Nessa época, o projeto de colonização visava o povoamento das terras através do trabalho agrícola. Os primeiros foram os alemães, logo em seguida vieram os italianos (PACHECO e PATARRA, 1997). O trabalho escravo existente na época atrapalhou o movimento migratório por certo período, pois a possibilidade de ser submetido à escravidão causava medo nos estrangeiros.

A abolição da escravidão provocou mudanças sociais, políticas e comerciais, surgindo novas atividades econômicas que necessitavam de mão de obra, facilitando a entrada de imigrantes. Na metade do século XIX, a política migratória brasileira era voltada para atender as necessidades da cultura cafeeira. Os imigrantes subsidiados além de trabalharem no setor agrário, foram indispensáveis para o desenvolvimento urbano. Eles ajudaram a construir estradas e ferrovias para o transporte do café (PACHECO; PATARRA, 1997). Após essa mudança para o meio urbano, observou-se também entrada de comerciantes, artesãos, operários industriais e pessoas com interesses em montar seus negócios próprios.

O ápice da imigração europeia no Brasil começou em 1877 e se estendeu até 1903, quando o número de imigrantes que chegaram no país foi de dois milhões, a maioria de nacionalidade italiana (PACHECO; PATARRA, 1997).

Segundo Carvarzere (2001, p 34), a história da migração no Brasil foi dividida em três fases:

Fase 1 - 1808 a 1850: modelo de trabalho escravo atrapalha o desenvolvimento da imigração, tornando esta incerta e esporádica.

Fase 2 – 1850 a 1888: previsão do fim da abolição melhoram possibilidades de imigração e esta começa a aumentar.

Fase 3 – 1888 até dias atuais: fim do trabalho servil, os imigrantes encontram portas abertas para aqui se desenvolverem e contribuir com o avanço do país.

Essas ondas migratórias, quando comparadas com outros países mais abertos, aponta uma quantidade pequena de migrantes, apesar dos bons motivos para se manter a política de liberdade imigratória, como a disponibilidade de terras livres de ódios de raça e sem graves crises de mão de obra (FARIA, 2015).

Devido à grande quantidade de imigrantes, foi necessário que o Brasil se preocupasse com a questão do controle de imigrantes. Assuntos sobre a entrada, permanência, localização,

estada, saída, expulsão e naturalização passaram a ser discutidas e determinadas em lei a partir de 1933 (KOIFMAN, 2015).

As restrições às migrações nesses períodos são estabelecidas a partir da Constituinte de 1933-1934, quando são aprovadas medidas de controle de imigrantes (CARVAZERE, 2001). No parágrafo 6º do Art. 121, determinou-se que:

A entrada de imigrantes em território nacional sofrerá restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

No parágrafo 7º do mesmo artigo, dando continuidade ao caráter restritivo da lei, o texto afirma que “é vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da união, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.” Apesar das modificações políticas de 1937, não houve alteração da lei anterior, dando continuidade às restrições de imigrantes.

No Art. 151 da mesma constituição é reafirmada essa restrição determinando que:

A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos.

Essa limitação aos estrangeiros continua de 1937 até 1945 em consequência do regime ditatorial durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1939, durante o governo Vargas, foi proibido falar línguas estrangeiras em público no Brasil, medida voltada para a integração dos imigrantes no país. O isolamento das comunidades de imigrantes foi visto como um grande problema a ser resolvido. A situação chegou ao ponto extremo quando mandatos de prisão foram determinados para aqueles que não falassem português (MOMBACH, 2012). Leis extintas na constituição de 1946. A partir da nova Constituição, em seu Art. 141, fica assegurado “*aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e propriedade nos seguintes termos [...]*”. E no Art. 162, afirma que “*a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional*”.

De 1819 a 1959, o Brasil recebeu 5.536.035 estrangeiros. As principais nacionalidades desse total de pessoas foram portuguesas, italianas, espanhóis, alemães, japoneses e russos. A maior quantidade de imigrantes veio de Portugal, totalizando 1.618.541 pessoas, o que representa 31% do total que se instalou aqui. Em seguida temos os italianos, com 1.614.988

pessoas (29%). Em terceiro lugar ficaram os espanhóis com 694.140 imigrantes (13%), Os alemães se posicionam em quarto lugar com 257.114 pessoas (5%). Os japoneses aparecem em quinto lugar com 222.083 (4%), ficando os russos em último lugar do ranking das mais expressiva imigrações com 125.688 pessoas (2%). Além deles, outras nacionalidades foram acolhidas em terras brasileiras como os franceses, ingleses, austríacos, belgas, poloneses, iugoslavos, húngaros, turco-árabes, sírios libaneses, judeus, holandeses, uruguaios, argentinos e paraguaios (CARVAREZE, 2001).

A autora ainda comenta que no período de 140 anos de forte imigração houve alguns períodos de retrações na política de acolhimento. Durante a revolução de 1930 os trabalhadores estrangeiros passaram a ser vistos como concorrentes indesejáveis, causadores de problemas econômicos, tendo em vista que estava ocorrendo uma crise de desemprego na época. Nesse período foram adotadas leis restritivas que dificultaram a entrada dos estrangeiros.

Entre 1940 e 1945, durante a segunda guerra mundial, o movimento migratório praticamente cessou. Após o fim da guerra, até 1958, o maior volume de entrada no país registrou o teto de 88 mil imigrantes. A corrente migratória estrangeira continuou até os anos 60, cessando a partir dos anos 70 por causa da aprovação de leis que foram introduzidas na constituição de 1988. Para Carvazere (2001, p. 39), “O Brasil com a atual legislação imigratória, constitui um país emigrantista, mais que imigrantista [...] sua legislação o torna um país de difícil acesso, daí o decréscimo nas correntes de imigração para o nosso território”.

3.3.1 Posicionamento do Brasil quanto à imigração

O acolhimento dos imigrantes tem sido uma política de Estado desde o período imperial. Apesar de algumas exceções, como quando o Brasil fechou as portas para entrada de estrangeiros em 1600 e no período da Segunda Guerra Mundial, o país vem recebendo estrangeiros dependendo de suas necessidades. Segundo Antonio Guterres, alto comissário de refugiados, o Brasil “é um símbolo de atitude em relação ao refúgio”.

O primeiro indício de tamanha abertura está presente na Carta Régia de 6 de maio de 1818, em atendimento a uma demanda de suíços para colonização de terras brasileiras. Nos anos seguintes, obtivemos acordos com a Grã-Bretanha e Países Baixos, nos quais dava-se autorização para o trânsito de navios comerciais e a liberação da circulação dos estrangeiros que neles desembarcavam, podendo estabelecer aqui lojas, viajar, alugar casas e permanência, garantindo a paz entre esses reinos. Com a criação da Lei de Naturalização de Estrangeiros

em 23 de outubro de 1832, os imigrantes puderam requerer essa condição dentro das condições exigidas na época.

A necessidade do povoamento das terras e do desenvolvimento econômico motivou a autorização da imigração desse período histórico. A vinda de estrangeiros significava mão de obra e investimento. Para isso foi proposta uma política migratória que para a constituição de mão de obra, assim a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601) que permitiu o direito de naturalização para os estrangeiros que comprassem as terras e nelas produzissem a agricultura ou desenvolvessem indústrias ou o comércio (MARTINS, 1973).

Em 1890 os problemas com a imigração voltaram à tona. Uma decisão governamental desse mesmo ano determinou que novos contratos de imigração só poderiam ser feitos com autorização do congresso. Nos anos posteriores a necessidade de criar regulamentações sobre a entrada, a estadia, naturalização e expulsão de estrangeiros gerou a criação do primeiro Estatuto do Estrangeiro no Brasil em 1938. Esse documento tratava da entrada, classificação, quotas, tratados bilaterais, fiscalização, identificação e registro, hospedagem e encaminhamento, concentração e assimilação, visto de retorno, licença de imigração coletiva, empresas de navegação, fiscalização de agência de navegação e colocação, penalidades, emissão do selo de imigração e criação do Conselho de Imigração (CARVAZERE, 2001).

O primeiro estatuto do estrangeiro no Brasil foi criado com base nas restrições contidas na Lei dos Indesejáveis. Essa lei foi regulamentada em 1921, impedindo a entrada de estrangeiros deficientes físicos, auditivos, mentais, visuais, mudos, inválidos, indigentes, vagabundos, alcoólatras, dependentes químicos e portadores de doenças contagiosas graves, menores de dezoito, maiores de sessenta anos, pessoas sem condições de se manter ou sem uma profissão lícita. Segundo as autoridades da época, os motivos dessas restrições eram causados por preocupação com a segurança e a formação nacional (KOIFMAN, 2015).

As exigências burocráticas para a entrada dos estrangeiros nessa época previam a posse de um passaporte, visto de entrada que valia por 90 dias, podendo ser renovado pelo mesmo período e não garantia a permanência. Nenhum estrangeiro com visto temporário poderia exercer atividade remunerada, salvo artistas, conferencistas e desportistas. O acesso à entrada era só permitido em pontos que tivessem controle federal. Para os que vinham permanecer, o critério do limite anual de entrada era 2% do número de estrangeiros da mesma nacionalidade habitando no país.

Em 7 de abril de 1941, por causa das consequências da Segunda Guerra Mundial, aconteceram mudanças nas políticas de imigração. Os vistos temporários e permanentes

foram suspensos, proibindo totalmente a entrada de estrangeiros para evitar a entrada em massa de refugiados. Os únicos que ainda poderiam solicitar entrada eram nacionais dos Estados americanos e imigrantes que comprovassem renda suficiente para se manterem, os casados com brasileiros natos, agricultores e técnicos rurais autorizados pelo governo. Esse sistema de controle foi bem sucedido, e como consequência, muitos grupos de refugiados que chegaram ao Brasil tiveram suas entradas negadas (KOIFMAN, 2015).

Após a Segunda Guerra a situação imigratória sofreu novas mudanças, autorizando-se novamente a entrada de imigrantes, agora sobre as bases de um segundo Estatuto do Estrangeiro, que tinha interesse de preservar e desenvolver a ascendência europeia na composição étnica do Brasil, caracterizando uma atitude discriminatória. O novo estatuto acrescentou alguns pontos ao primeiro: prorrogação do prazo de entrada e transformação de classificação, saída e retorno, imigração dirigida que classificava categorias de imigrantes desejados, colonização e organização dos serviços de colonização. O sistema de quotas permaneceu igual, a de restrição de entrada também, mudando apenas no quesito que maiores de sessenta anos poderiam entrar desde que tivessem uma quantia de renda mensal para viver (CARVAZERE, 2001).

Desde então, o estatuto dos estrangeiros sofreram várias mudanças significativas: em 1947: o visto de trânsito passou a ser concedido somente para quem tivesse o passaporte regularizado e visado para o país de destino e que para alcançá-lo fosse necessário passar pelo Brasil; o visto de turista valeria apenas para fins de lazer e dentro do prazo de 90 dias; e foi incluída a obrigação dos estrangeiros comprovarem o objetivo da viagem às autoridades nos casos das viagens de negócios; em 1964: o visto de retorno autorizava o retorno de estrangeiros com visto de permanência no Brasil, que por algum motivo estiveram ausentes do país por no máximo dois anos, caso seus passaportes já tivessem a condição de visto de retorno; a ampliação da definição de turista para estrangeiro em caráter de visitante com permanência máxima de 90 dias para turismo, lazer, esporte, saúde, razões de família, estudos, peregrinações religiosas, negócios sem atividade remunerada ou natureza política; a dispensa da exigência de visto para turista aos cidadãos dos países com os quais o Brasil mantivesse relações diplomáticas e que oferecessem aos brasileiros as mesmas condições; e uma disposição pertinente dos transportes aéreos, atendendo uma nova realidade dos transportes internacionais (CARVAZERE, 2001).

Após o fim da guerra na Europa, o continente presenciou um fluxo migratório contrário, quando muitos estrangeiros foram reerguer os países destruídos, mas fechou as

portas assim que a situação se reestabeleceu. Para se adaptar ao padrão mundial de políticas migratórias, o Brasil adotou o terceiro Estatuto do Estrangeiro. Nele foram definidas novas formas de admissão de estrangeiros, a forma de desembarque e impedimento, o registro, a prorrogação do prazo de estadia, a permanência, a retificação de assentamentos, a saída e retorno, o tipo de passaporte para os estrangeiros, os motivos para expulsão, extradição e deportação, a condição de asilado, os direitos e deveres do estrangeiro, a naturalização, infrações e penalidades, e o rito processual das infrações (CARVAZERE, 2001).

As principais mudanças adotadas por esse novo estatuto foram relacionadas às condições dos vistos temporários com duração de 180 dias ou de acordo com o tempo necessário que cada estrangeiro precisasse ficar aqui, possibilitando tornar o visto temporário em permanente. A maior mudança foi a criação de passaporte para estrangeiros que necessitassem de asilo. A decisão foi tomada após a ratificação da Convenção sobre Asilo Territorial, em 1965, que beneficiou as condições dos refugiados. E pela primeira vez foram introduzidas questões sobre naturalização, expulsão, extradição e deportação de estrangeiros.

O Estatuto do Estrangeiro de 1980 foi o quarto existente na história brasileira. Entrou em vigor durante o governo militar, enfatizando questões sobre Segurança Nacional, interesses políticos, organização institucional, defesa do trabalhador nacional e problemas socioeconômicos e culturais. O maior objetivo das mudanças apresentadas no novo estatuto ficou bem específico no artigo 16º (CARVAZERE, 2001), ao afirmar que “proporcionar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional visando o aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e a capacitação de recursos para setores específicos”.

O estatuto de 1980, ainda de acordo com a autora, trouxe a novidade da questão de reciprocidade, que dispensa a necessidade de vistos para turistas dos países que dessem o mesmo tratamento aos brasileiros. Além disso, os nacionais de países que fazem fronteira com o Brasil passaram a ter permissão para entrar em instituições de ensino ou trabalhar aqui sem necessidade de visto. Outra novidade foi a concessão do passaporte brasileiro para pessoas sem nacionalidade definida e para cônjuges ou viúvas de brasileiros que perderam a nacionalidade original após o casamento. Edições seguintes do estatuto incluíram a regularização da situação dos imigrantes irregulares e a simplificação das exigências sanitárias.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito da liberdade de circulação para brasileiros e estrangeiros. No Título II, Capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, estabelece que (BRASIL, 1988):

Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, nos termos seguintes:

XV – É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

No texto fica explicitado que a liberdade de circulação está prevista em lei, garantindo em tempo de paz a entrada, saída e retorno de nacionais e estrangeiros, como também a permanência dos estrangeiros. Mas reafirma a necessidade da observância aos termos da lei para ter acesso ao direito. Esses termos sempre estiveram definidos nos estatutos nacionais, que foram mudados conforme as situações políticas e sociais.

Mesmo com tanta boa vontade em ajudar ainda não existem políticas migratórias capazes de responder a demanda contemporânea. Situação oposta do que ocorria no início da povoação brasileira, quando as imigrações eram subsidiadas para a colonização de terras brasileiras.

Em 2017 o Estatuto dos Estrangeiros é revogado dando lugar para a Lei de Migração, mais voltada às questões humanitárias e maximizando o compromisso com os Direitos Humanos e os acordos feitos com a ONU (BRASIL, 2017). Os motivos que impulsionaram essa mudança foi o fato do Brasil passar a frequentar rodadas de negociações internacionais sobre migração, após os desafios encontrados ao receber uma leva de imigrantes haitianos em 2010, e ter se comprometido em receber imigrantes sírios na cúpula sobre refugiados em 2016.

O Brasil atual, apesar de ser mais emissor do que receptor, recebeu nos últimos anos uma leva significativa de imigrantes, foram 33. 866 apenas em 2017, que pediram refúgio no país. As principais nacionalidades a recorrerem ao pedido foram: Venezuela (53%), Cuba (7%), Haiti (7%), Angola (6%), China (4%), Senegal (4%), Síria (2%), Nigéria (2%) Bangladesh (2%) e República Democrática do Congo (1%), outras nacionalidades (12%) (BRASIL, 2017).

A atual Lei de Migração estabeleceu os princípios de uma nova política migratória baseada em: interdependência dos direitos humanos; repúdio e prevenção da xenofobia; descriminalização da migração ou critérios e procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; promoção da entrada regular e a regularização documental; estímulo à

acolhida humanitária e o desenvolvimento econômico; garantia do direito de reunião familiar; igualdade no tratamento de oportunidade ao migrante; inclusão social, laboral e produtiva do migrante; acesso aos programas e benefícios sociais; promoção dos direitos e obrigação dos migrantes; fortalecimento da integração econômica, política e social através de espaços de cidadania e livre circulação na América Latina; cooperação com os estados de origem dos migrantes; garantia da efetividade aos direitos dos residentes fronteiriços, através de desenvolvimento das regiões de fronteiras; proteção da criança e adolescente migrante; zelo pela observância ao disposto em tratado; proteção ao brasileiro no exterior; tratamento da migração e desenvolvimento humano no local de origem como os direitos inalienáveis de toda as pessoas; reconhecimento acadêmico e profissional do migrante; e repúdio às práticas de expulsões ou deportações coletivas (BRASIL, 2017)

As condições descritas no texto da Lei favorecem o ingresso dos imigrantes no Brasil. Mas na prática a situação geral não é considerada exemplar. Falta ao país as condições estruturais que favoreçam a acolhida dos estrangeiros.

3.3.2 Os brasileiros no exterior

Como visto anteriormente, o histórico brasileiro foi de um país receptor de imigrantes, onde grande parte da sua população originou-se de outros países. Essa característica foi revertida a partir de 1980, quando uma onda de desemprego atingiu o Brasil e a globalização facilitou as migrações. Desde então, muitos brasileiros passaram a emigrar, tornando o número de pessoas que saem do país muito maior do que o número de estrangeiros que entram, dando ao Brasil atual um “título” de país emissor de migrantes.

Um estudo realizado por Faria (2015, p. 67) apontou os seguintes fatores que contribuíram para essa saída de nacionais brasileiros: maior disponibilidade de informações sobre oportunidades de trabalho no exterior devido ao avanço de tecnologias de informação e comunicação; fatores históricos e culturais relacionados à presença de significativo número de descendentes de imigrantes no Brasil, sobretudo europeus, o que pode ter facilitado o contato com sociedades e o mercado de trabalho nos países de origem das ondas migratórias; crescente insegurança urbana em várias cidades brasileiras; e a percepção de vantagens econômicas.

O censo realizado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 2015, estima que existem 3.083.255 emigrantes brasileiros no mundo. A região que mais recebe pessoas do Brasil é a América do Norte, totalizando 1.467.000 emigrantes, seguida pela Europa com

750.983, América do Sul com 553.040, Ásia com 191.967, Oriente Médio com 47.522, Oceania com 47.310, África com 25.387 e América Central com 5.046 (BRASIL, 2016).

Os dados desse censo registram uma inversão de rotas. Os números indicam que muitos brasileiros fizeram o caminho de volta, escolhendo como destino os países que anteriormente foram fontes de imigrantes para o Brasil. Em comparação com o censo de 2011, que registrou 3.122.813 de brasileiros no mundo, temos uma redução de 39.588 emigrantes, verificando, portanto, uma tendência de retorno dos migrantes brasileiros (BRASIL, 2016). As possíveis explicações para o fenômeno são as crises e dificuldades financeiras que atingiram os países de destino, o aumento do controle migratório que dificulta a entrada e a permanência dos brasileiros nesses países, e programas de retorno voluntário que favorecem o regresso de estrangeiros.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores – MRE, esses números não são exatos devido à grande dificuldade de apuração dos dados. As informações são baseadas nos relatórios consulares que são enviados para o Brasil através dos Consulados e Embaixadas, informando o número de brasileiros residentes em suas jurisdições. Como uma grande parte dessas pessoas estão em situação migratória irregular, elas evitam se submeter às sondagens dos censos ou se registrar nas repartições diplomáticas. (BRASIL, 2016).

Segundo Faria (2015, p.72), “a motivação da emigração dos brasileiros é predominantemente econômica, e sua nova inserção social varia segundo o país de destino”. No caso da Europa, os brasileiros a escolhem como destino porque geralmente tem parentes por lá, ou pelo simples fato de uma oportunidade de emprego. A grande maioria dos postos ocupados por brasileiros na Europa é de baixa qualificação, mesmo que parte deles possua uma boa formação. Para esses brasileiros, ainda é preferível rebaixar o *status* social a permanecer em situação econômica difícil no Brasil.

Diante dessa nova realidade, a preocupação com as condições dos emigrantes brasileiros no exterior gerou uma necessidade de políticas voltadas ao atendimento dessa população, levando-se em conta que muitos estão ilegais em outros países. Essas políticas demonstram que o governo brasileiro tem se preocupado em salvaguardar os Direitos Humanos dos emigrantes, obter oportunidades econômicas, a exemplo, ampliar o mercado brasileiro no exterior e discutir sobre a emigração ilegal (FARIA, 2015).

Essa preocupação pode ser traduzida pelo aumento da participação brasileira em negociações consulares e migratórias no exterior visando evitar a equiparação de imigrantes ilegais com criminosos, criando incentivos à migração regular e eliminando as dificuldades

impostas à circulação de pessoas. Um dos casos mais emblemáticos foi a negociação na “crise dos inadmitidos”, ocorrida em 2008, quando brasileiros foram barrados no aeroporto de Madrid, gerando um conflito diplomático entre o Brasil e a Espanha, que acarretou a adoção de medidas restritivas com relação aos turistas espanhóis (FARIA, 2015).

Nas discussões diplomáticas, o Brasil tem assumido a defesa do reconhecimento de uma dívida dos países desenvolvidos com relação aos países latino-americanos que acolheram historicamente muitos estrangeiros oriundos principalmente da Europa (FARIA, 2015). Essa dívida seria merecedora de uma compensação migratória.

Após essa análise geral, percebemos, portanto, o quanto o Brasil tem buscado nas negociações e debates internacionais achar uma solução satisfatória que atenda não somente aos seus nacionais situados em outros países, priorizando relações recíprocas, mas também que atenda aos imigrantes que chegam ao Brasil, buscando superar os desafios encontrados ao se colocar numa posição de receptor de imigrantes legais e ilegais. Priorizando, nos dois casos, respeitar e proteger os Direitos Humanos.

4 POLÍTICAS MIGRATÓRIAS SOBRE O TRÂNSITO DE PESSOAS NAS FRONTEIRAS DA UNIÃO EUROPEIA

Os atuais mecanismos da política migratória da União Europeia são fundamentados em um conjunto de leis que atendam às necessidades de um espaço de livre circulação e acordos econômicos e políticos comuns. O bloco europeu, após o tratado de Amsterdam em 1997, passou a ter domínios de intervenção nas questões migratórias.

A política migratória europeia se divide em três pontos de atuação: 1) o controle migratório. 2) A integração social de imigrantes 3) A cooperação para o desenvolvimento. Essa política é baseada em três acordos relevantes: o Acordo de Schengen, que determina um espaço de livre circulação; o Acordo de Dublin, que determina as condições para demanda de asilo; e o Acordo de Haia, que opera contra imigração irregular (PONTES, 2015).

O Acordo de Schengen foi o ponto de partida para a implementação das atuais políticas migratórias. De início, cinco países (Bélgica, França, Alemanha, Holanda, e Luxemburgo) discutiram em 1980 a possibilidade da criação de um espaço sem fronteiras internas com livre circulação. O primeiro acordo assinado dessa mobilização ocorreu em 1985, na cidade de Schengen, em Luxemburgo. O acordo foi implementado em 1990, entrando em vigor em 1995, criando um espaço de livre circulação com uma única fronteira externa, possuindo regras de visto, asilo e segurança em comum.

Este espaço foi ampliado e atualmente o espaço Schengen é constituído por 22 países membros da UE: Alemanha, Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Suécia; quatro países não pertencentes a UE (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), ficando de fora o Reino Unido e a Irlanda (UNIÃO EUROPEIA, 2018).

O acordo entre essas nações permitiu a livre circulação de pessoas a partir da dispensa de controle nas fronteiras internas da UE. Mas, ao mesmo tempo, necessitou reforçar o controle das fronteiras externas para garantir a segurança interna (PONTES, 2015). As bases do tratado foram estabelecidas no Código das Fronteiras Schengen, regulamentando as questões sobre o regime de passagem de pessoas na fronteira. De acordo com o site oficial da União Europeia, os itens abordados no regulamento de 1995 sobre o controle das fronteiras externas são: passagem das fronteiras externas e condições de entrada; controle das fronteiras externas e recusa de entrada; recursos humanos e meios destinados ao controle fronteiriço e cooperação entre Estados Membros; regras específicas dos controles de fronteira; e medidas

específicas em caso de deficiências graves relacionadas com o controle nas fronteiras externas.

A entrada de pessoas no Espaço Schengen só é permitida mediante a obediência ao que está disposto em seu Código de Fronteiras. Segundo o Art. 6º (UNIÃO EUROPEIA, 2016) o indivíduo necessita que:

Sua estadia não supere o prazo de noventa dias a cada cento e oitenta dias; ter um passaporte e um visto (caso necessário) válido; justificar objetivo e condições da estadia além de comprovar meios de subsistência para o período de estadia, para o regresso ao país de origem e para o trânsito de um país terceiro que admita sua entrada; não estar indicado no Sistema de Informação Schengen (SIS)¹ para efeitos de não admissão; não ser considerado suscetível de perturbar a ordem pública, a segurança interna, a saúde pública ou as relações internacionais de qualquer Estado-membro.

No mesmo Código são tratados os casos em que a entrada de pessoas pode ser recusada. Em seu Art. 14º, existe uma determinação de proibição nos territórios dos Estados-Membros de qualquer nacional de países terceiros que não preencha todas as condições de entrada. A recusa tem que ser apoiada em decisões bem fundamentadas, realizada por uma autoridade competente nos termos do direito nacional e com efeitos imediatos (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

O trâmite burocrático da decisão passa pela notificação em forma de formulário, contendo as razões que causaram a negação da entrada no espaço Schengen do nacional de país terceiro, que acusa o recebimento e pode recorrer da decisão. Os recursos são avaliados de acordo com o direito nacional. Ao nacional de país terceiro é facultada uma nota escrita indicando os pontos de contatos aptos a fornecer as informações sobre os representantes habilitados em sua defesa. Essa interposição do recurso não tem efeito suspensivo na decisão de recusa de entrada, nem serve de base uma eventual indenização concedida nos termos do direito nacional. Nos casos em que a conclusão seja de que não houve fundamentação na recusa da entrada, a pessoa tem o direito à correção do carimbo de entrada cancelado e de quaisquer outros cancelamentos ou aditamentos eventualmente efetuados. (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

O controle da entrada no espaço é realizado pelos guardas de fronteira, que são os responsáveis por assegurar que o nacional de país terceiro a quem tenha sido recusada a entrada não invada o território do estado membro em questão. Cabe aos Estados realizarem levantamentos sobre o número de pessoas com a entrada recusada, os motivos da recusa, a

¹ SIS é um sistema de controle e armazenamento de dados sobre pessoas e bens que atravessam as fronteiras Schengen.

nacionalidade das pessoas cuja entrada tenha sido recusada e sobre o tipo de fronteira (terrestre, aérea ou marítima) em que lhes foi recusada a entrada. Esses relatórios serão apresentados anualmente ao Parlamento Europeu (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

Dados de uma análise recente apontam um total de 183,548 casos de recusa de entrada ao longo das fronteiras externas da UE (FRONTEX, 2017). Dentro dessa estatística, o Brasil se encontra na décima posição das nacionalidades mais recusadas na UE, com o número de 3.143 recusados. Os motivos alegados para a recusa foram: não tinham documentos de viagem válidos (16 pessoas); apresentaram documentos falsificados ou esqueceram os documentos de viagem (12 pessoas); esqueceu ou apresentou falso visa/ permissão de residência (ninguém); possuíam visa/permissão de residência inválidos (625 pessoas); não tinham documentos apropriados justificando o propósito e as condições de estadia (1.196); já tinham permanecido por três meses no período de seis meses nos territórios dos Estados Membros da UE (107 pessoas); não possuíam meios de subsistência suficientes em relação ao período ou forma de estadia ou meios de regresso ao país de origem: (169 pessoas); pessoas para quem foram emitidas uma indicação para efeitos de recusa de entrada no SIS ou no registro nacional (275); foram considerados ameaça para à ordem pública, à segurança interna, à saúde pública ou às relações internacionais entre os Estados Membros da UE (31 pessoas); nenhum dos motivos acima (754 pessoas).

O Código de Fronteiras do Espaço Schengen determina que o controle de entrada seja desempenhado respeitando-se a dignidade humana, especialmente nos casos que envolvam pessoas em situações de vulnerabilidade, e que os guardas de fronteiras não discriminem as pessoas em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência ou orientação sexual (UNIÃO EUROPEIA, 2016). Mas, uma análise dos números e motivações das recusas de entradas deixa dúvidas sobre o respeito aos princípios dispostos em lei. Impedir a travessia das fronteiras sem motivos justificados e legais estimula a prática de injustiças nas condutas de operação realizadas pelos Estados que aderiram ao acordo.

4.1 A Frontex

A Frontex² foi criada em 2004, mas sua idealização surgiu a partir da criação do Espaço Schengen. Logo após esse acordo entrar em vigor, viu-se a necessidade de medidas mais fortes de segurança das fronteiras, para que pudesse combater melhor a criminalidade e melhorar a segurança interna no espaço recém-criado.

² Todas as informações e dados sobre a Frontex foram retirados do site oficial da agência devido à falta de bibliografia sobre o tema. Tradução de autoria própria.

A Frontex é a agência europeia de guarda costeira e de fronteiras que tem como função promover, coordenar e desenvolver a gestão das fronteiras da UE de acordo com a Carta das Nações Unidas e o conceito de gestão integrada das fronteiras. Seu trabalho consiste em fazer avaliações de padrões e tendências migratórias, investigar atividades criminosas entre as fronteiras, examinar o nível de vulnerabilidade para medir a capacidade de cada membro de lidar com as dificuldades que encontram nas fronteiras, principalmente em tempos de pressão migratória.

Para se proteger, os Estados Membros concordaram em adotar medidas adicionais centradas na cooperação e coordenação de autoridades policiais e judiciais, dando início à introdução da cooperação intergovernamental de segurança na EU. Isso foi em 1999, através do Tratado de Amsterdam. A partir desse tratado, foram realizados grandes investimentos em projetos de gestão de fronteiras e formação de especialistas em migração, asilo e segurança, criando-se a Unidade Comum de Profissionais de Fronteiras Externas – SCIFA (FRONTEX, 2018).

No intuito de aperfeiçoar as operações e métodos da unidade, o conselho decidiu criar a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas, em 26 de outubro de 2004. Atualmente, após algumas mudanças de regulamentação, em 2016 se tornou a Agência Europeia de Guarda Costeira e de Fronteiras – FRONTEX, que atua nos países pertencentes ao Espaço Schengen, além de três países que são parceiros fora da Europa: Turquia, Nigéria e Sérvia (FRONTEX, 2018).

Cabe a Frontex realizar o monitoramento das fronteiras com a ajuda das autoridades fronteiriças e da troca de informações com Estados Membros. Sob sua coordenação são realizadas operações conjuntas de intervenções nas fronteiras para ajudar os Estados Membros em situações de emergência humana e resgate marítimo. A agência conta com mais de 1500 membros nas fronteiras, mais um grupo para operações rápidas e equipes de reforço.

A Frontex realiza operações de mapeamento, rastreamento, identificação, interrogação e recolha de impressões digitais de migrantes, fornecendo informações a todos que precisam ou desejam solicitar proteção internacional, cooperando com o Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo – EASO, e as autoridades nacionais. Mas não tem nenhum poder decisório sobre quem pode permanecer ou não, cabendo a responsabilidade para as autoridades nacionais de cada país (FRONTEX, 2018).

A Frontex conta com um sistema de inteligência que funciona a partir das análises de risco. Esta função é a base para todas as outras atividades da agência, desde as operações

diárias até as estratégias de alto nível para tomada de decisões em caso de migrações de risco. O sistema coleta uma ampla variedade de informações dos estados membros, dos organismos da UE, dos países parceiros, de organizações internacionais e fontes abertas das fronteiras além da Europa, através da mídia. A troca dessas informações acontece de forma estruturada, com base no Modelo Comum de Análise Integrada do Risco – CIRAM (FRONTEX, 2018).

A análise integrada é feita com a colaboração de outras redes de análises de risco: a Rede de Análise de Riscos – FRAN, que conecta a Frontex com os peritos de análises de risco e inteligência dos estados-membros, faz o trabalho analítico conjunto, produz relatórios analíticos e estratégicos sobre o estado atual das fronteiras externas para esse conteúdo ser compartilhado; e a Rede Europeia de Análise de Risco de Fraude de Documentos – EDF-RAN, uma sub-rede do FRAN, que se encarrega da troca de informações entre os peritos de fraude de documentos com a Frontex (FRONTEX, 2018).

O trabalho entre essas redes envolvem apenas os estados membros. Mas a Frontex pode construir parcerias com redes de países parceiros fora da UE, chamada de redes regionais, que trabalham em conjunto para benefício mútuo, impulsionando o planejamento e as atividades de nível superior nas fronteiras dos participantes e o financiamento das capacidades. As análises de risco da Frontex são divididas em três categorias (FRONTEX, 2018):

A) Análise estratégica,

A Análise estratégica é direcionada pra decisões estratégicas de alto nível. O resultado dessa análise é próprio para prever problemas futuros. Seus relatórios anuais fornecem uma visão aprofundada da situação, indicando os fatores que conduzem à situação nas fronteiras. O monitoramento desses fatores críticos de mudanças permite o fornecimento de alertas antecipadamente, de acordo com exigência do regulamento da Guarda Costeira de Fronteiras Europeia.

B) Análise operacional

A realização da análise operacional serve de apoio às operações conjuntas coordenadas pela Frontex. Através dela, a agência cria uma imagem mais ampla das principais tendências da migração irregular e de outros fenômenos no médio e longo prazo, e também observa o desenvolvimento diário das áreas de operação conjunta nas fronteiras externas.

Os recursos operacionais disponibilizados pelos Estados Membros informam continuamente os centros de coordenação sobre as mudanças nos métodos usados por contrabandistas de pessoas e outros fatores que afetam as operações. As redes de contrabando

ficam sempre em alerta nas atividades operacionais nas fronteiras e ajustam suas táticas. Por isso, informações como as principais nacionalidades de imigrantes, as rotas que eles costumam usar e outros detalhes sobre redes contrabandistas envolvidas são coletados e analisados para maximizar a efetividade das operações e prever onde devem ser lançadas, por qual período e qual deve ser o foco deles.

A regulação do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (Eurosur), requer que a Frontex avalie o impacto da migração e crimes fronteiriços em todas as seções marítimas e terrestres das fronteiras dos Estados Membros da UE. Essa tarefa é realizada por analistas operacionais que regularmente estudam os fatores que influenciam os níveis de ameaça, vulnerabilidade e impacto em cada seção.

A análise operacional produz um grande número de periódicos que fornecem um panorama atual e detalhado não só para os especialistas operacionais, mas também para a gestão da Frontex, para a Comissão Europeia e para órgãos nacionais e internacionais de aplicação de lei. Todas as informações coletadas através da análise operacional são também usadas na análise estratégica para manter o quadro da situação o mais atualizado possível.

Dentro desse contexto, existe um esforço conjunto para processar os dados pessoais coletados durante a realização de operações reguladas e supervisionadas pela Autoridade Europeia de Proteção de Dados - EDPS. Entretanto, a agência apenas processa dados relativos a pessoas suspeitas de estarem envolvida em crimes fronteiriços, como facilitação de migração ilegal, tráfico humano, etc. Esse processamento é realizado por dois motivos: o primeiro é que os dados pessoais podem ser utilizados para fins de análise de risco; em segundo lugar, a Frontex pode transmitir dados pessoais para a Polícia Europeia - Europol ou outro órgão europeu de aplicação de lei. A agência não é autorizada para conduzir investigações ou enviar dados pessoais para terceiros e é necessário deletar os dados depois de três meses. Com a regulação da Guarda Costeira e de Fronteira da Europa em 2016, as fontes de coletas de dados pessoais foram expandidas, aumentando também os tipos de informações que podem ser processadas e permitindo que a Frontex utilize sua própria equipe nesse tipo de trabalho.

C) Estudo analítico

O foco da análise analítica é o gerenciamento detalhado de dados coletados e o fornecimento de informações para os analistas. Este setor foi criado para ampliar a capacidade dos recursos de dados e observação geográfica da unidade de análise de riscos e sustentar o alto nível de qualidade e conhecimento entregue e gerenciado por eles. O setor consiste em

duas equipes que dão suporte ao setor estratégico e operacional no aproveitamento de profissionais especializados e de dados e inteligência (*Data Team*) e através do fornecimento e desenvolvimento de serviço geoespacial (*Gis Team*).

O reconhecimento de padrões nos dados, o aperfeiçoamento das experiências dos analistas por meio de análises como também na integração do contexto geográfico no ganho de conhecimentos visam apoiar quem toma as decisões na compreensão de suas decisões críticas de negócio. O setor analítico auxilia na identificação de partes adicionais de informação que ajudam a melhorar a qualidade das decisões.

A equipe de serviço geoespacial (*Gis Team*) é responsável pelo implemento de uma interface colaborativa que permite a incorporação das áreas de serviço analítico do *Gis* para o gerenciamento de uso de dados geográficos estatísticos operacionais pelo usuário.

O fornecimento de inteligência geoespacial vai significativamente além da imagem usada para sua elaboração e requer um entendimento através da complexidade do ambiente operacional e da entrega de soluções geoespaciais inovadoras feitas sob medida para as necessidades dos analistas. Além de estabelecer tendências e analisar riscos, a Frontex aconselha sobre respostas operacionais rápidas para cada desafio, incluindo a criminalidade transfronteiriça, entendida como qualquer crime grave com uma dimensão transfronteiriça cometido nas fronteiras externas, ao longo delas ou relativos a elas.

Cabe à Agência não apenas abordar o contrabando de migrantes e tráfico humano, mas também reprimir a criminalidade que afeta a segurança das fronteiras da União Europeia. Como é o caso do contrabando de carros roubados, drogas, armas de fogo, tabaco, óleos minerais e álcool ou tráfico de materiais perigosos. Além do combate aos crimes ambientais relacionados ao desperdício de água e tráfico de animais selvagens.

Existe uma forte evidência de que muitas redes criminais se engajam nas atividades de contrabando de migrantes e tráfico de humanos. Grupos criminosos que facilitam a migração irregular também podem estar implicados em redes envolvidas com outras séries de crimes como produção e distribuição de documentos falsos, corrupção, fornecimento de casas e transportes, transferência de dinheiro ilícito e lavagem de dinheiro. Em alguns casos, as mesmas rotas e modo de operação são usados por contrabandistas de migrantes e traficantes de bens.

Sabendo que as ameaças de crimes fronteiriços são complexas, é necessário apresentar respostas operacionais amplas e compreensivas. Assim, as medidas de migração adotadas por

Estados Membros e pela Frontex nas fronteiras devem ser baseadas nos resultados das análises de risco e nas ameaças criminosas encontradas.

Além do suporte nas análises de risco, a agência deve prover assistência técnica e operacional para os Estados Membros para reforçar sua capacidade e cumprir suas obrigações com o controle das fronteiras e enfrentar desafios causados pelos crimes transfronteiriços. Esse suporte consiste em treinamentos, aconselhamento sobre ferramentas tecnológicas apropriadas ou introdução de uma ação operacional. Pode ser tanto uma operação conjunta como uma operação rápida de intervenção nas fronteiras. As respostas operacionais visam sempre servir múltiplos propósitos para melhorar ações e combater as ameaças.

A Frontex também está encarregada pelo suporte da implementação coordenada de indicadores de risco comum nos combatentes terroristas estrangeiros, assim como assistir os Estados Membros no sentido de reforçar o controle das fronteiras e detectar viagens suspeitas dos terroristas e contrabandistas de armas de fogo em cooperação com a Europol. Um dos principais elementos da nova regulação da agência é que ela deve se encarregar de medir a capacidade de cada Estado Membro de administrar suas fronteiras. As avaliações de vulnerabilidade ajudam a manter um elevado nível de controle das fronteiras. Elas permitem identificar e depois propor medidas para eliminar qualquer falha eventual e prevenir as fronteiras de uma crise.

A metodologia que a Frontex estabeleceu junto com as comissões dos Estados Membros é baseada em quatro princípios. O primeiro deles inclui a participação deles na garantia da propriedade dos resultados e numa aplicação coerente. Segundo, as vulnerabilidades são avaliadas em uma base contínua que estuda as capacidades técnicas e humanas disponíveis, quais os tipos e níveis de ameaça e quais estados estão expostos aos impactos. A metodologia é baseada nas mudanças regulares de riscos na UE. Esse princípio permite uma clara distinção do mecanismo de avaliação da Schengen. O terceiro princípio adota uma abordagem orientada para o futuro. Assim, a implementação de recomendações podem prevenir o desenvolvimento de uma crise. E, para finalizar, o último foca na análise de dados coletados de uma grande variedade de fontes, para a verdadeira mobilização de essas capacidades serem avaliadas.

Todo o trabalho da Frontex envolve análise de riscos. E para realizar esse trabalho foi necessário adotar um modelo que fosse aceito por todos os Estados Membros: o Modelo Integrado de Análise de Risco (doravante CIRAM).

4.1.1 O Modelo Integrado de Análise de Risco – CIRAM

O objetivo do CIRAM é estabelecido por um quadro conceitual para ajudar a Frontex e Estados Membros na preparação das análises de risco. Ele gera um entendimento comum das análises e ao mesmo tempo explica como essa ferramenta pode contribuir para uma melhor coerência na gestão das fronteiras. O aspecto chave desenvolvido pelo CIRAM é a adoção de uma abordagem de gerenciamento da análise que define risco em três funções: ameaça, vulnerabilidade e impacto. Tal abordagem se esforça para refletir o espírito dos códigos das fronteiras Schengen e seus catálogos que enfatizam a análise de risco como uma ferramenta chave para garantir efetividade máxima dentro dos recursos financeiros, humanos e tecnológicos disponibilizados (FRONTEX, 2018).

Com tantos Estados Membros e outros parceiros envolvidos nas operações, e a quantidade de dados que precisam ser classificados e analisados, a gestão da informação é um aspecto importante do trabalho da Frontex. Com mais de 42 mil km de costa e 9 mil km de fronteiras terrestres e por volta de 300 aeroportos internacionais, a Europa contabiliza 500 milhões de pessoas atravessando suas fronteiras por ano. O trabalho de administrar o fluxo de migração legal e ilegal requer um quadro detalhado da situação em todas as fronteiras da UE - de aeroportos até aproximadamente 1800 pontos de passagem de fronteiras terrestres e marítimas (FRONTEX, 2018).

Para atender a essa necessidade, foi criado o Centro de Situação da Frontex - FSC. Esse setor tem a tarefa de entregar constantemente atualizações do quadro da situação das fronteiras da UE e da migração, o mais próximo do tempo real possível. O FSC também é um ponto central de contato e acesso de informação para todas as partes interessadas da Frontex e uma parte vital em um mecanismo de resposta rápida em casos de emergência acontecendo em qualquer lugar nas fronteiras. Para garantir esse trabalho, o FSC tem múltiplas funções para cumprir dentro do organismo da Frontex. Sua principal função é o monitoramento. Todas as outras áreas do centro de atividade contribuem de alguma forma para o centro disponibilizar todas as informações detalhadas das situações e de crises, alertas antecipados e relatórios da situação para clientes internos e externos. Um ponto oficial de entrada e saída de informações garante uma comunicação rápida e eficaz entre os Estados Membros e a Frontex, incluindo parceiros externos (FRONTEX, 2018).

A Frontex possui seu próprio sistema de relatórios especializados, permitindo que todos os participantes das operações conjuntas compartilhem as informações com eficácia.

A agência trabalha também como o Monitoramento de Mídias, que é um elemento substancial para se manter informado sobre quadros maiores que as fontes abertas e as mídias proporcionam. A troca de informações é fundamental quando se fala em vigilância das fronteiras. E a Frontex trabalha em conjunto com um sistema denominado Eurosur.

4.1.2 O Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras - EUROSUR

A EUROSUR é uma estrutura de troca de informações designada para o aperfeiçoamento da gestão das fronteiras da UE. Ele apoia os Estados Membros, aumentando sua conscientização e capacidade de reação contra os crimes transfronteiriços, combatendo a migração irregular e prevenindo a perda de imigrantes no mar. Essa estrutura consiste em uma rede de Centros de Coordenação Nacionais – NCCs (FRONTEX, 2018).

Cada estado membro define uma NCC, que agrupa as autoridades responsáveis pelas fronteiras de cada membro. Seu papel principal é coordenar as atividades de vigilância em nível nacional e serve de centro para a troca de informações internacionais. Eles recolhem informações locais e nacionais sobre o que está acontecendo nas fronteiras, incluindo fronteiras de passagem ilegal e atividade criminal. Os dados coletados formam um quadro nacional. A partir disso, eles podem compartilhar as informações relevantes com os outros membros e a Frontex (FRONTEX, 2018).

Para manter esses quadros, a Frontex também utiliza informações coletadas de satélites e outras ferramentas de vigilância sobre o continente europeu. Os Estados Membros podem usar essas informações para ampliar sua visão sobre os acontecimentos. A coleta desses serviços é denominada *Eurosur Fusion Services*, que facilita o acesso à tecnologia de ponta aos Estados Membros, reduzindo os esforços deles e os custos (FRONTEX, 2018).

Muitos desses serviços são fornecidos em cooperação com a Agência de Segurança Marítima Europeia – EMSA, e o Centro de Satélite da União Europeia - SATCEN. Para facilitar a vigilância, os estados membros dividiram suas fronteiras terrestres, marítimas, e aéreas em seções. Para cada seção é atribuído um nível de impacto: baixo, médio e alto, que se refere à segurança de uma dada seção de acordo com o que foi identificado nas avaliações de riscos para passagem ilegal ou crimes transfronteiriços. As medidas a serem tomadas para a redução de riscos ficam sob a responsabilidade de cada estado membro, menos no caso de “impacto de alto nível”, que as fronteiras devem pedir assistência da Frontex na forma de operações conjuntas ou intervenções rápidas (FRONTEX, 2018).

A regulação da Eurosur contém uma série de salvaguardas dos direitos fundamentais, incluindo os princípios de proteção de dados e a prática de não obrigar os migrantes a retornarem para países onde eles possam ser perseguidos.

A vigilância das fronteiras da UE pela Frontex conta com o apoio de um programa gerenciado e coordenado pela Comissão Europeia - o Copernicus.

4.1.3 O programa Copernicus

O propósito do programa Copernicus é aumentar a consciência situacional, fornecendo à Europa dados precisos, confiáveis e atualizados, coletados por satélites e sensores locais. Seus serviços cobrem seis áreas: monitoramento atmosférico, monitoramento marinho e terrestre, mudanças climáticas, gerenciamento de emergência e segurança. O objetivo desse serviço de segurança é auxiliar as políticas da UE relacionadas às áreas de prioridade: vigilância de fronteiras, vigilância marítima, e apoio às ações externas da UE.

O acordo de delegação entre a Frontex e a Comissão Europeia na implementação do fator vigilância de fronteiras no serviço de segurança da Copernicus foi assinado em 10 de novembro de 2015. O acordo define a Frontex como ponto central e exclusivo para a tarefa até 2020. Esse serviço é feito através de mapeamento, monitoramento e fornece avaliações de risco até alcançar os seguintes objetivos (FRONTEX, 2018):

- Reduzir o número de imigrantes irregulares não detectados na UE.
- Reduzir o número de mortes de imigrantes irregulares, resgatando mais vidas no mar.
- Melhorar a segurança na União Europeia como um todo, contribuindo para a prevenção de crimes transfronteiriços.

As operações realizadas pela Frontex são realizadas em todos os tipos de ambientes, seja marinho terrestre ou aéreo:

Controle Marítimo

As operações marítimas de controle migratório ocorrem tanto em pontos de passagem de fronteira em portos marítimos, como através de vigilância das fronteiras que acontecem no mar. A via marítima é a principal rota escolhida por migrantes irregulares da África, Ásia e Oriente Médio, que entregam suas vidas nas mãos de contrabandistas para atravessar o mar em barcos superlotados e impróprios para navegação. É o modo mais fácil para quem quer fugir das guerras e de condições precárias de vida, porém, é uma saída arriscada e, infelizmente, muitos não conseguem chegar aos seus destinos.

Uma das missões da Frontex é salvar o maior número de vidas que se encontram em perigo no mar, o direito internacional obriga todos os navios a prestarem assistência a essas pessoas e a prática também está consagrada no regulamento da Frontex e hoje é considerada a agência com a maior operação de busca e resgate marítimo de toda a Europa. Após os resgates, as equipes trabalham no processo de registro dos migrantes recolhendo impressões digitais, nacionalidades, e também informações sobre redes de contrabando e tráfico (FRONTEX, 2018).

Controle terrestre

O controle terrestre é feito em pontos de passagem fronteiriça como rodoviárias e ferroviárias. Há também vigilância que ocorre em toda extensão de fronteiras terrestres. São mais de 3.500km de fronteiras ao longo do leste europeu, que vai do ponto extremo norte da Finlândia até a região do rio Evros, na Grécia. As operações terrestres são feitas a partir de um intercâmbio de informações e experiências entre os guardas de fronteiras nacionais. Eles realizam detecção de pessoas escondidas em veículos nos pontos de passagem, patrulhas com cães, observação de visão noturna. Há também patrulhas chamadas de “atividades de segunda linha” que faz detecção de documentos falsificados e entrevistas com pessoas sem documentos para identificação de nacionalidade (FRONTEX, 2018).

Controle aéreo

As operações aéreas são feitas principalmente em aeroportos, onde o ponto de entrada é uma cabine de controle de passaportes e é quase impossível alguém entrar sem ser identificado. Por isso, aeroportos representam uma gama específica de questões de gerenciamento de fronteiras. Os métodos usados por migrantes irregulares são diferentes em aeroportos. Algumas pessoas a fim de ficar ilegalmente na Europa usam documentos falsos ou técnicas bem articuladas sob supervisão de facilitadores criminais para enganar os oficiais da fronteira. Para garantir a segurança, são usados métodos que vão além de apenas checar passaportes. São feitas investigações antes, durante e depois do controle (FRONTEX, 2018).

O aumento do registro de pessoas que entraram na UE ilegalmente tem aumentado de maneira contínua nos últimos anos. Segundo os dados coletados pela Frontex, o retorno foi aplicado 13.000 vezes só no ano de 2017. De acordo com a Eurostat, 250 mil pessoas recebem esse mandato por ano na Europa. A grande maioria retorna de forma voluntária, mas uma parte se recusa e acaba sendo forçada a voltar.

A medida do retorno é utilizada contra estrangeiros que entraram ilegalmente nos estados membros, para os que extrapolaram o tempo de permanência que lhes eram permitidos, e para os que cometeram algum crime ou infração durante sua estadia na União. No Espaço Schengen, essa operação fica a cargo da Frontex, que coordena, oferece suporte e co-financia até mesmo os retornos voluntários. Apesar de ser responsável pelo processo de coordenação, organização e toda parte operacional de retorno, a decisão sobre quem deve retornar é tomada por autoridades judiciais e administrativas dos estados membros.

Geralmente, os estados organizam operações de retorno individualmente, mas há casos de dois ou mais países se juntarem para fazer uma operação de retorno conjunta. Essas operações são monitoradas de acordo com a legislação da UE. Os estados e a Agência se encarregam de respeitar os direitos fundamentais, o princípio da não repulsão³ e uso apropriado dos meios de restrições durante toda a operação (UNIÃO EUROPEIA, 2015). Além disso, ao menos um representante dos Estados Membros, um monitor da operação de retorno forçado e uma equipe médica estarão presentes durante toda a operação. Os passos para o processo de retorno são (FRONTEX, 2018):

- Retorno voluntário: As autoridades nacionais informam aos estrangeiros sobre a possibilidade de retorno voluntariado assistida. Geralmente, metade das pessoas eleitas para o retorno aceitam essa opção.
- A decisão de retorno: indivíduos que extrapolaram todas as vias legais para legitimar sua permanência na União ou que cometeram algum crime ou infração em algum Estado Membro recebem a decisão de retorno da corte ou das autoridades competentes dos Estados Membros, essas decisões são tomadas após uma avaliação individual do indivíduo.
- Procedimento de apelação: toda pessoa tem direito de apelar contra a decisão. Este processo é de total responsabilidade das autoridades de cada Estado Membro.
- Partida voluntária: os estrangeiros submetidos ao processo de retorno podem se beneficiar de um período para partir voluntariamente.
- Processo de identificação: estrangeiros sem documentos apropriados para a viagem não podem ser devolvidos. As autoridades do país de retorno tem que

³ Trata-se de uma lei que impede a devolução de um refugiado a um país onde ele possa correr risco de perseguição ou tortura. Está regulamentada e garantida pelo Direito do Homem e pelo Direito Internacional. Legitimado pela Convenção de Genebra em 1951, na qual afirma no artigo 33º que: “Nenhum dos Estados contratantes expulsará ou repelirá um refugiado, seja de que maneira for, para fronteiras dos territórios onde sua vida ou sua liberdade sejam ameaçadas em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas”.

confirmar oficialmente suas nacionalidades para a emissão de documentos de viagem ser permitida. A Frontex pode auxiliar as autoridades com o processo de identificação.

- Aquisição dos documentos de viagem: assim que as autoridades dos países de retorno confirmam que os estrangeiros de fato pertencem aos seus países, eles podem emitir os documentos. Em caso de não emissão dos documentos por parte dos países de retornos, um documento de viagem europeu poderá ser emitido pelos Estados Membros com base em um acordo assinado com o país de retorno.
- Operação de retorno: os repatriados são transportados pelos Estados Membros pelo mar, terra ou ar, apesar da grande maioria ser feita através de voos comerciais. Outras operações de retorno são realizadas através de voos fretados unilateralmente ou em uma operação conjunta com outros Estados Membros.
- Aceitação pelo país de retorno: a operação de retorno está concluída após uma entrega bem sucedida do repatriado para as autoridades do país de retorno. Se a entrega for rejeitada, o repatriado é transferido de volta ao Estado Membro que primeiro solicitou a devolução (FRONTEX, 2018).

No entendimento de Pontes (2015), o padrão da UE para concessão de asilo foi inicialmente bem sucedido, dando vida ao Acordo de Dublin II, onde se decidiria quais Estados ficariam responsáveis pelos pedidos de asilo e sua viabilidade, época que também foram criados os dispositivos legais sobre as condições de acolhimento e procedimento de asilo. Entretanto, essa vontade política acabou perdendo força e dando lugar às medidas restritivas gerando o aumento do investimento no controle de fronteiras. Percebe-se o quanto é grandioso o trabalho realizado pela Frontex em conjunto com todos Estados Membros para realizar as operações de segurança das fronteiras (FRONTEX, 2018). Entretanto, esse trabalho vem causando grandes polêmicas e sendo questionado pela falta de respeito com os Direitos Humanos, caso que abordaremos a seguir.

5 A FRONTEX E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM

A violação dos direitos fundamentais do homem tem sido um tema constante nas discussões relacionadas com os movimentos migratórios que estão acontecendo na União Europeia. A criação da Agência Europeia de Guarda Costeira e de Fronteiras vem causando polêmicas relacionadas à defesa dos Direitos Humanos de liberdade de circulação.

Como migrante, não é agradável encontrar uma barreira que possa ser comparada a uma fortaleza, com todo um exército armado com as maiores tecnologias, preparados para enfrentar uma guerra, na qual os inimigos são seres humanos pacíficos, com sonhos de uma vida melhor ou apenas querendo conhecer um lugar novo. Porém, a realidade atual aponta para a necessidade de proteção contra os riscos de atentados terroristas, tráfico de pessoas, de drogas e de armas, que por muitas vezes pode ser considerado uma espécie de “guerra” e, portanto, vários inocentes acabam privados de seus direitos, até mesmo do direito de viver pelos exageros desse zelo com o território e a desconfiança excessiva.

Desde o início de sua atuação, a Frontex tem sido acusada de cometer várias infrações a respeito de quebra de direito de vida, de movimento e também casos de discriminação e racismo, ou seja, uma conduta contrária ao que defende os Direitos Fundamentais. A agência tem negado continuamente essas acusações, afirmando que esses direitos estão presentes nas suas ações e são essenciais na efetividade da gestão de fronteiras (FRONTEX, 2018).

No entanto, a Frontex determina em seu código de conduta, cumprir com as leis na carta dos Direitos Fundamentais da UE, da Convenção Europeia de Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais como também as do Direito Internacional. (FRONTEX, 2018) Esses direitos estariam incluídos nas instruções operacionais da agência, que obriga a informação de possíveis violações em seus relatórios. Além disso, em 2011 foi criada uma regulamentação que obriga a agência a possuir um agente de Direitos Fundamentais e um fórum consultivo sobre tais direitos.

De acordo com a direção da Frontex, o respeito aos Direitos Fundamentais é uma constante, inseridos nos treinamentos dos guardas das fronteiras, de seus funcionários e membros de autoridades dos Estados Membros envolvidos nas operações nas fronteiras do Espaço Schengen.

Mesmo com tantas leis e treinamentos que reforçam e enaltecem a importância que os Direitos Humanos possuem em cada operação realizada pela Frontex, existem muitas Organizações Não Governamentais - ONGs, grupos manifestantes, testemunhas e relatos pessoais denunciam a conduta dessa agência europeia. Essas violações causam polêmicas de

alcance global, levando o homem a questionar como reagir quando migrantes inocentes são reprimidos pelo Estado, pela agência ou até mesmo pela população, uma vez que inocentes são confundidos como perturbadores da paz, bandidos, terroristas, prostitutas, desestabilizadores da economia, gerando gastos para o governo local, ou seja, um problema para o Estado.

Os possíveis abusos cometidos pela Frontex foram expostos em um estudo conduzido pela ONG chamada Migreurop e realizado pela *Greens- European Free Alliance*, denominado “*Agência Frontex, que garantia para os Direitos Humanos?*”, no qual eles analisam o trabalho da Frontex e relatam os casos de violação dos direitos humanos cometidos pela agência (SKA KELLER, 2011). Os grupos que realizaram o estudo têm como missão lutar pela garantia dos direitos dos migrantes nas operações realizadas pela agência.

Os casos relatados nesse estudo variam, mas uma das principais violações apontadas cometida pela Frontex causou repercussão e comoção mundial. O fato aconteceu em 18 junho de 2009, quando um barco com 75 migrantes que se aproximava da costa da ilha italiana de Lampedusa foi impedido de atracar em terras europeias e foi mandado de volta para a Líbia. A operação foi coordenada por um helicóptero alemão em conjunto com a guarda costeira italiana, que relatou ter entregado os migrantes a um barco de patrulha líbio, que os mandou para uma base militar da Líbia em Trípoli (SKA KELLER, 2011).

A atitude tomada pela guarda costeira descumpre a regulamentação de resgatar embarcações em perigo e também o princípio de não repulsão. Enquadra-se em violação do direito de asilo garantido pelos Direitos Humanos, já que os migrantes foram impedidos de pedir proteção internacional. A Frontex também não se preocupou com as condições de vida ou que tipo de tratamento eles teriam no país de retorno, colocando os migrantes em situação de possíveis tratamentos desumanos e degradantes. Sabendo que a agência tem o poder de fazer acordos com países não membros para estes se comprometerem a tomar decisões de acordo com os Direitos Fundamentais, principalmente quando tais países são conhecidos por não respeitarem esses direitos, a Frontex violou, nesse caso, não só os Direitos Humanos como também seus próprios princípios e se omitiu no cumprimento de um dever.

O estudo também relata maus tratos, violência, condições precárias, discriminação, humilhação e violações do direito em operações de retorno forçado e operações de retorno conjunto realizados pela Frontex, considerando que forçar o retorno dos migrantes contra sua própria vontade já é uma violência e infração dos Direitos Fundamentais. Testemunhos de deportados aos pesquisadores contam que suas experiências durante o traslado são totalmente

degradantes. Eles informam que são presos, tendo os pés e pulsos amarrados até sangrar ou ter problemas de circulação durante a viagem. Também não são oferecidas refeições dignas, apenas um pão com queijo. E são obrigados a esperar muitas horas nas escalas para recolher mais migrantes. Alguns chegam a ter suas bocas tapadas para evitar barulhos de gritos ou choro. Crianças são separadas dos pais. Outros recebem agressões físicas ou verbais. (SKA KELLER, 2011).

Outra violação cometida contra o direito de pedir asilo foi um acordo feito entre a União Europeia e a Turquia para diminuir a demanda de imigrantes que chegam na UE. A Declaração UE-TR, de 18 de março de 2016, determina que todos os imigrantes ao chegarem da Turquia por vias ilegais serão devolvidos para a Turquia. Em contrapartida, a UE receberá imigrantes da Turquia com a condição de que estes estejam dentro das exigências do bloco e, para isso, passam por uma seleção rigorosa. Segundo relatos, poucos são selecionados e a maioria fica aguardando por meses, ou até anos, a chance de entrar na Europa em abrigos altamente precários e expostos a ação de traficantes e ladrões.

Na experiência da autora no aeroporto de Lisboa, em 2017, a questão de discriminação racial e de gênero pôde ser questionada. Durante as horas em que ela esteve detida em uma sala especial do aeroporto para a investigação, apenas mulheres, brasileiras pardas ou negras estavam presentes na sala. Apesar do caso não ter a gravidade dos episódios citados acima, o tratamento dos agentes fronteiriços para com os migrantes barrados era extremamente hostil, não importa o quão educadamente eles agissem, eram ignorados completamente, eles se recusavam a dar qualquer informação por mais básica que fosse como, por exemplo, o caminho até um banheiro próximo. Viravam o rosto para evitar qualquer comunicação, tornando a situação humilhante, mesmo sendo justificável por lei o motivo pelo qual ela estava ali: a falta de comprovante de reserva do hotel de um dos países pelo qual ela passaria. Pré requisito para justificar meios de subsistência para o período de estadia, presente no artigo 6º do Código de Fronteiras Schengen.

Toda a situação não passou de falta de informação. Em sua primeira viagem internacional, ela desconhecia da necessidade desse documento, não houve comunicação por parte da agência de turismo, nem por parte dos acompanhantes de viagem, um dos quais ia dividir quarto com a autora e foi quem efetuou a reserva, não cedendo uma cópia do documento antes da viagem. No momento de atravessar as fronteiras, a acompanhante por ser idosa passou na cabine preferencial da migração, enquanto a autora ficou desamparada na fila para o atendimento comum, onde começou o conflito. Após a detenção, a autora conseguiu se

comunicar com os acompanhantes, que buscaram conversar com as autoridades da fronteira para resolver a situação. Após muita insistência, eles aceitaram analisar o caso e foi comprovado o mal entendido, liberando-a após cinco horas de espera. Dias depois, três mulheres que estavam na sala com a autora informaram não ter a mesma sorte e foram deportadas. Os motivos são desconhecidos pela autora.

A análise do estudo feito pela Migreurop (2011) revela a necessidade da supervisão reforçada das entidades defensoras dos Direitos Humanos em ações não só feitas pela Frontex, como também feitas por qualquer outro órgão encarregado de questões migratórias e, principalmente, dos próprios Estados. Observa-se ainda que a garantia dos direitos é incerta e não alcança a maioria que necessita dessa garantia jurídica internacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo dos temas abordados e pelos casos apresentados, percebemos uma contradição entre as leis dispostas pelo direito e suas reais aplicações. A violação do direito de ir e vir se reflete nos interesses individuais dos Estados, principalmente os mais desenvolvidos e procurados por migrantes. Esses Estados visam priorizar as questões econômicas em detrimento das questões humanitárias, selecionando apenas os imigrantes que se encaixam em seus critérios de desenvolvimento.

Uma conduta injusta, haja vista que são Estados que se comprometeram a respeitar as normas internacionais dos Direitos Humanos. Quando um indivíduo infringe a lei, as punições cabíveis são aplicadas a ele para manter a justiça, mas quando o Estado descumpre as leis dos indivíduos, configura-se o desamparo institucional.

É o caso de muitos refugiados, que passam por necessidades extremas, nascidos em locais que não fornecem todas as condições necessárias para a vida e acabam tendo seus direitos fundamentais mais uma vez violados ao serem negados pelo país que, uma vez, acreditaram ser o local onde teriam uma vida mais digna. Fora eles, turistas, estudantes, pessoas que estão apenas de passagem recebem imposições coercitivas, tendo suas entradas negadas. Essas pessoas, muitas vezes, passam anos se preparando financeiramente para arcar com uma viagem internacional ou, no caso de estudantes, investindo em educação para no fim perderem tudo, pois não há ressarcimento do dinheiro gasto e o Estado não indeniza quem sofre um ato de recusa.

Como visto no segundo capítulo, os controles migratórios descritos em lei são recentes, mas métodos de restrições sempre foram usados pelos Estados. Até mesmo quando estes precisavam dos imigrantes, as leis impediam a entrada de certos grupos, como no caso do Brasil, a lei dos indesejáveis, seguia uma política totalmente discriminatória. Porém, ao analisar o histórico das leis migratórias brasileiras e as migrações destinadas ao Brasil, comprova-se uma política mais aberta ao estrangeiro.

Contudo, o quadro real sobre o acolhimento dos migrantes é estampado constantemente nos noticiários, revelando a falta de preparo estrutural a que são submetidas as pessoas que enfrentam todo o tipo de dificuldade para entrar no Brasil. Muitos ficam em abrigos superlotados sem condições básicas de sobrevivência por meses, outros nem alojamentos possuem.

A resposta de ação do governo brasileiro em atender às demandas é muito lenta, a relocação dos migrantes para outros estados é demorada e provoca o aumento desenfreado das

cidades fronteiriças brasileiras, que geralmente são pequenas e não estruturadas. Isso mostra o quanto o Brasil ainda precisa se desenvolver nas questões migratórias internamente, e ter as leis migratórias mais modernas não é suficiente para suprir as necessidades dos imigrantes.

O caso na Europa é justamente o contrário do Brasil. Sendo uma região altamente desenvolvida, ela teria condição de prover melhores condições estruturais aos imigrantes. Entretanto, a segurança nas fronteiras é um setor que cresce economicamente a cada dia, de acordo com os estudos realizados pela Migreurop (2011). A atuação de órgãos e sistemas como a Frontex, Eurosur, SIS etc., mostram como são organizadas as operações de combate à migração ilegal e como os Estados Membros da UE colaboram entre si para garantir a eficiência dos controles. De fato, é um grande desafio para qualquer Estado receber uma grande leva de imigrantes, principalmente para os países da Europa, região altamente visada por emigrantes oriundos do Oriente Médio e da África, locais altamente emissores de imigrantes, que nem sempre são bem aceitos na Europa.

Os esforços atuais na UE foram direcionados para a segurança, deixando de lado a preocupação com o respeito aos Direitos Humanos, como revelam os dados fornecidos pela própria Frontex em suas operações de retorno conjuntas, resultando em 2017 no retorno de 13 mil imigrantes.

Como visto anteriormente esse mesmo tipo de operação foi banida na Lei de Migração Brasileira, que afirma “repúdio a práticas de expulsão e deportação coletiva”. Outra atitude que comprova o descaso com os direitos humanos de ir e vir na UE foi o grande número de brasileiros barrados em aeroportos sem justificativas suficientes, o que é contra a própria lei da UE que afirma que a entrada só pode ser recusada por decisão fundamentada que indique as razões precisas da recusa.

As restrições discriminativas proibidas pelo pacto internacional dos Direitos Civis e Políticos, apesar de serem ilegais, ocorrem frequentemente e são camufladas como uma restrição direta. Porém, no caso da UE, a questão discriminatória é aparente. Tendo como exemplo a predominância na detenção de mulheres brasileiras pardas ou negras, mostrando como ainda é presente o preconceito racial e de gênero.

Os atos discriminatórios são pontuados como ilegais por todas as leis que respeitam os Direitos Humanos, no Pacto dos Direitos Civis e Políticos, na Lei de Migração Brasileira, na Regulamentação do Controle de Fronteiras Schengen, e nos princípios de conduta da Frontex. Mesmo assim, estes ainda são desrespeitados. Esse caso se reflete na falta de preparo dos Estados para atender a demanda migratória atual. Além de políticas tão proibitivas, que

acabam gerando uma maior quantidade migrantes irregulares. Isso significa que há uma falta de vontade generalizada por parte das nações desenvolvidas quando se trata de achar soluções eficientes para esse fenômeno, priorizando apenas o que é conveniente para eles.

As soluções que poderiam ser aplicadas para enfrentar o problema das migrações atuais seriam um total comprometimento dos Estados de não violarem os Direitos Humanos, não só os do direito de livre movimentação, mas como todos os direitos previstos na Declaração dos Direitos Humanos. Se todos os países oferecessem condições dignas para seus nacionais, muitas migrações não seriam necessárias. Teríamos refugiados apenas em casos de desastres naturais, pois não haveria fome, desemprego, guerras e perseguições que impulsionasse a saída das pessoas de seus países. Assim a necessidade de um controle rígido das fronteiras não seria necessária, não havendo o perigo de grandes levadas de imigrantes ilegais. Entretanto, essa é ainda uma solução bastante utópica, e levaria muito tempo para que os Estados evoluíssem de tal maneira, sendo necessárias medidas políticas de eficácia em longo prazo.

Pensando numa solução mais rápida, a criação de um tribunal internacional vinculado às organizações internacionais que recebessem denúncias, julgasse e punisse os casos de violação dos direitos de livre circulação, seria de grande ajuda. Os Estados ficariam mais alertas e se recusariam a cometer um número significativo de violações. Dentre as obrigações dos Estados para com os migrantes recusados injustamente seria uma total indenização que cobrisse todos os custos que o indivíduo teve para arcar sua viagem. De grande utilidade seria, também, folhetos de instruções nas agências turísticas informando as regras dos países, detalhando todos os documentos e condições necessárias para o viajante não ser barrado.

Para a comunidade acadêmica, principalmente para os alunos de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais que ao possuírem uma educação voltada para a expansão internacional, se tornam potências viajantes, e podem um dia se depararem com as barreiras migratórias. Para resguardá-los, este trabalho fica como um alerta para que eles se conscientizem da situação e saibam reivindicar seus direitos.

REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 27 de maio de 2018.
- _____. Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei da Migração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 15 de maio de 2018.
- _____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Refúgios em número: 3ª edição**. 2017. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2018.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Brasileiros no Mundo. **Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no Mundo - 2015 (números atualizados em 29/11/2016)**. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf/view>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- CARVAZERE, Thelma Taís. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional**. São Paulo: Editora Renovar, 2001.
- CUNHA, M. J. C et al. **Migração e identidade: olhares sobre o tema**. São Paulo: Editora Centauro, 2007.
- EUROPEAN BORDER AND COAST GUARD AGENCY. **Frontex**. Disponível em: <<https://frontex.europa.eu/>>
- FARIA, M. R. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2015.
- GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- KOIFMAN, F. **O imigrante ideal**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2015.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MARTINS, J. S. **A migração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Editora Livraria Pioneira, 1973.
- MOMBACH, C. **O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira**. Santa Maria: Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, 2012.
- ONU. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Acessível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acessado em: 12 de maio de 2018.

PASSOS, Cheili Rieta dos. **Imigração: a busca pela quebra das fronteiras**. Artigo. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?nlink=revista_artigos_leitura&artigo_id=13625&revista_caderno=16. Acesso em: 20 de maio de 2018.

PATARRA, N. et al. **Migração, condição de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.

PONTES, N. C. **Mecanismo da política migratória da união europeia**: como o bloco está respondendo ao aumento do número de refugiados. Revista do Programa de Direito da União Europeia, 2015.

RUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. Livro de domínio público. Edição: Riendo Castigat Mores, 1762.

SKA KELLER, U. L. **Frontex Agency: which guarantees for human rights?** Migreurop. Bruxelas: Migreurop, 2011.

SORTO, Fredys Orlando. A condição da pessoa humana no projeto de código de direito internacional público de Eptácio Pessoa. In: FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses da Silveira. (Org.). **Eptácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional**. 1ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2013, v. 1, p. 133-155.

TOSI, Giuseppe. **Direitos Humanos: História, Teoria e Prática**. João Pessoa. Editora: UFPB, 2004.

UNIÃO EUROPEIA. **Código das fronteiras Schengen**. Regulamento (UE) 2016/399 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras.

_____. **Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex)**. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/frontex_pt. Acesso em: 20 de maio de 2018.

_____. Frontex. **Risk analysis for 2018**. Varsóvia, 2018.

_____. **Countries**. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_en#members_of_the_schengen_border-free_area. Acesso em: 24 de maio de 2018.

_____. Regulamento 2016/399 do Parlamento Europeu. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0399>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

VATTEL, E. **O direito das gentes**. Brasília: Editora UNB, 2004.